

GEF 'ENTRE-CIÊNCIAS'
TERRITÓRIOS DE SABER EM DIÁLOGO



COORDENAÇÃO: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI)
AGÊNCIA IMPLEMENTADORA: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA)
AGÊNCIA EXECUTORA: INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB)

ÍNDICE

1. INFORMAÇÕES GERAIS DO PROJETO – PÁG. 2	
2. RESUMO DO PROJETO – PÁG. 3	
3. DESCRIÇÃO DO PROJETO – VISÃO GERAL – PÁG. 3	
4. ESBOÇO DO PROJETO – PÁG. 10	
5. DESCRIÇÃO DO PROJETO – PÁG. 20	
6. ALINHAMENTO COM AS ESTRATÉGIAS DE PROGRAMAÇÃO DO GEF-8 E PRIORIDADES NACIONAIS/REGIONAIS – PÁG. 51	
7. REQUISITOS DE POLÍTICA – PÁG. 56	
8. OUTROS REQUISITOS – PÁG. 58	
9. ANEXO A: TABELAS DE FINANCIAMENTO	59
Tabela de financiamento do GEF	59
Bolsa de Preparação de Projetos (PPG)	59
Fontes de fundos para a alocação STAR do país	60
Elementos da área focal	60
Cofinanciamento confirmado para o projeto, por nome e tipo	61
ANEXO B: ENDOSSOS	61
Compilação de Cartas de Endosso	62
ANEXO C: QUADRO DE RESULTADOS DO PROJETO*	63
ANEXO D: SITUAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO SUBSÍDIO PARA PREPARAÇÃO DE PROJETOS (PPG)	64
ANEXO E: MAPA DO PROJETO E COORDENADAS*	65
ANEXO F: DOCUMENTOS DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS, INCLUINDO A CLASSIFICAÇÃO	66
ANEXO G: TABELA ORÇAMENTAL	66
ANEXO H: ANEXOS RELEVANTES DO NGI (N/A)	

Informações gerais do projeto

Título do projeto:	Fortalecimento dos Povos Indígenas e Comunidades Locais ¹ para gerenciar dados e informações de sociobiodiversidade ² como uma estratégia para conservar seus territórios, salvaguardar o conhecimento tradicional e promover a gestão integrada da biodiversidade.		
Região:	América latina	ID do projeto GEF:	11269
País (es):	Brasil	Tipo de Projeto	
Agência (s) do GEF:		ID do projeto da agência GEF:	
	Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	
Área(s) de Foco do GEF:		Data de envio:	20 de junho de 2024
Tipo de Fundo Fiduciário:		Duração do projeto (meses)	60
Subvenção do Projeto GEF: (a)	6.192.695,00	Projeto GEF sem subsídio (b)	N / D
Taxa(s) de agência Concessão: (c)	588.305,00	Taxa(s) de agência não subvencionada: (d)	N / D
Financiamento total do GEF: (a+b+c+d)	6.781.000,00	Cofinanciamento total:	74.697.865,00
Valor PPG (e):	200.000,00	Taxa(s) de agência PPG (f):	19.000
Total de recursos do GEF (a+b+c+d+e+f)	7.000.000,00		
Tags do projeto:	<input type="checkbox"/> CBIT <input type="checkbox"/> NGI <input type="checkbox"/> SGP <input type="checkbox"/> Inovação		
Setor de Projetos (somente CCM)			
Marcadores do Rio			
- Mitigação das Mudanças Climáticas	<input checked="" type="checkbox"/> Nenhuma contribuição (0) <input type="checkbox"/> Objetivo significativo (1) <input type="checkbox"/> Objetivo principal (2)		
- Adaptação às Alterações Climáticas	<input checked="" type="checkbox"/> Nenhuma contribuição (0) <input type="checkbox"/> Objetivo significativo (1) <input type="checkbox"/> Objetivo principal (2)		
- Biodiversidade	<input type="checkbox"/> Nenhuma contribuição (0) <input type="checkbox"/> Objetivo significativo (1) <input checked="" type="checkbox"/> Objetivo principal (2)		
- Degradação do solo	<input checked="" type="checkbox"/> Nenhuma contribuição (0) <input type="checkbox"/> Objetivo significativo (1) <input type="checkbox"/> Objetivo principal (2)		

Resumo do Projeto*

Este Projeto visa aumentar a capacidade de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs) de salvaguardar seus sistemas de conhecimento tradicional para conservar seus respectivos territórios. Ao promover e fortalecer a pesquisa de PIPCTAFs e métodos de coleta de dados de biodiversidade, tanto quantitativos quanto qualitativos, o Projeto gera 'benefícios ambientais globais' (GEBs,

¹O termo "Povos Indígenas e Comunidades Locais" foi usado no PIF de acordo com a terminologia das Convenções da Biodiversidade (CDB) e do Clima (UNFCCC). No entanto, importa destacar que no Brasil a terminologia oficial para Povos Indígenas é a mesma, mas o termo correto para Comunidades Locais é Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAFs). Também é relevante estar ciente de que no Brasil, os Povos Indígenas e outros 27 grupos culturais diferentes, são todos reconhecidos como Povos e Comunidades Tradicionais. Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, que reconheceu os direitos dos povos indígenas e quilombolas, o primeiro instrumento legal reconhecendo e reconhecendo a existência de um número mais amplo de comunidades tradicionais data de 2007 com a publicação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007). O próximo instrumento legal contemplando as comunidades locais foi publicado em 2016, instituindo o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 8.750 de 9 de maio de 2016 - https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?legisla/legislacao.nsf/Viiv_Identificacao/DEC%208.750-2016&OpenDocument). Para mais informações, consulte o Anexo 1 do Apêndice Suplementar 13 do PNUMA.

²Durante a fase PIF a palavra utilizada foi biodiversidade. Após o processo de consulta apoiado durante a fase PPG ficou evidente que o termo mais adequado seria sociobiodiversidade. A importância da adoção do termo sociobiodiversidade se deve ao fato de que no Brasil ele é utilizado como um conceito que expressa a inter-relação entre diversidade biológica e diversidade de sistemas socioculturais. 'Produtos da Sociobiodiversidade' são, portanto, bens e serviços gerados a partir da biodiversidade, e relacionados à estruturação de cadeias produtivas que fortalecem práticas e conhecimentos de Povos e Comunidades Tradicionais."

por sua sigla em inglês) ao sistematizar dados e informações sobre espécies dos Biomas Amazônia e Cerrado para garantir seu uso sustentável e conservação, levando assim a resultados de conservação mais claros.

As atividades propostas envolvem o desenho conjunto de estratégias para pesquisa e produção de dados e informações, compartilhamento de protocolos e fortalecimento dos PIPCTAFs em habilidades para o uso de tecnologias inovadoras de compartilhamento de dados e ferramentas de rastreabilidade que serão realizadas sob os auspícios do Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade (SiBBr). Esta iniciativa representa um esforço inovador e pioneiro para proteger, reconhecer, valorizar e sistematizar o conhecimento de PIPCTAFs para a conservação da biodiversidade e fornece uma oportunidade para garantir a sustentabilidade de longo prazo dos investimentos do GEF. Um aspecto importante deste Projeto é a integração entre conhecimento científico e tradicional, apoiando processos de formação em seus territórios bioculturais, enquanto aumenta a eficácia da gestão dessas áreas protegidas.

O objetivo do projeto é fortalecer a capacidade dos PIPCTAFs de produzir e gerenciar dados e informações sobre sociobiodiversidade como estratégia para proteger efetivamente seus territórios, salvaguardar o conhecimento tradicional e promover a gestão integrada da biodiversidade, por meio de organizações locais e processos de formação de PIPCTAFs, práticas colaborativas para levantamento, gestão e conservação da biodiversidade serão viabilizadas, bem como a promoção da governança local de dados.

Descrição do projeto - Visão geral

Objetivo do projeto:	Fortalecer a capacidade dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais (PIPCTAFs) nos biomas Amazônia e Cerrado para produzir e gerenciar dados e informações sobre a sociobiodiversidade como estratégia para proteger efetivamente seus territórios, salvaguardar o conhecimento tradicional e promover a gestão integrada da biodiversidade.					
Componentes do Projeto	Componente Tipo	Resultados do Projeto	Produtos do Projeto	Fundo Fiduciário	(em dólares americanos)	
					Financiamento de Projetos do GEF	Cofinanciamento
Componente 1 Entendimento mutuamente acordado e estratégias co-construídas para pesquisa, coleta e compartilhamento de dados sobre sociobiodiversidade	Assistência Técnica	Resultado 1.1 Estratégias diferenciadas de gênero para coleta e governança de dados da biodiversidade na Amazônia e no Cerrado sob os Princípios CARE e FAIR ³ foram discutidos e acordados com os PIPCTAFs e partes	Produto 1.1.1 Consultas com PIPCTAFs realizadas com base no Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) para definir e estabelecer os territórios de intervenção e a governança do Projeto. ⁴ Produto 1.1.2. PIPCTAFs	GEFTF (Frente de Desenvolvimento Econômico)	\$ 1.655.079	\$ 51.193.307

³ Os Princípios **CARE** para governança e pesquisa de dados indígenas incluem Benefício coletivo, Autoridade para controlar, Responsabilidade e Ética; os Princípios de Dados **FAIR** incluem dados encontráveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis.

⁴ Este novo Resultado foi introduzido durante o PPG devido a uma demanda de PIPCTAFs de que a seleção de territórios seria conduzida no PY1 para que ocorresse uma consulta participativa apropriada (ou seja, processo CLPI).

		interessadas relevantes em todas as esferas do governo.	<p>selecionados na Amazônia e no Cerrado apoiados com formação e assistência técnica para definir estratégias sensíveis de gênero na coleta de dados por terceiros aprovados pelos PIPCTAFs, sistematização de conhecimento local e licenciamento usando os princípios CARE e FAIR.</p> <p>Produto 1.1.3 Os PIPCTAFs receberam apoio para definir protocolos locais para permitir a coleta de dados por terceiros aprovados pelos PIPCTAFs, respeitando direitos, considerações de gênero e princípios CARE.</p> <p>Produto 1.1.4 Levantamento das atividades das mulheres relacionadas à sociobiodiversidade (gestão, coleta de dados, gestão do conhecimento) realizado, apoiando o desenvolvimento de protocolos específicos.</p>			
Componente 2 Identificação, gestão	Assistênci a Técnica	Resultado 2.1 Os PIPCTAFs usam	Produto 2.1.1 Protocolos de pesquisa e	GEFTF (Frente de Desenvolvi	\$ 1.977.975	\$ 12.713.692

integrada e uso sustentável da biodiversidade.		conhecimento tradicional e científico para identificação e avaliação da biodiversidade em seus territórios.	<p>avaliação participativa da biodiversidade, com diferenciação de gênero, definidos pelos PIPCTAFs em parceria com parceiros selecionados.</p> <p>Produto 2.1.2 Capacidades criadas para a implementação de avaliações participativas da biodiversidade e protocolos de pesquisa, inclusive para monitoramento de impactos ambientais de atividades econômicas e projetos de infraestrutura.</p> <p>Produto 2.1.3 Avaliações participativas de medidas de conservação da biodiversidade planejadas e/ou implementadas pelos PIPCTAFs de acordo com instrumentos de gestão (Planos de Gestão Ambiental e Territorial, Planos de Vida, Planos de Gestão, Etnomapas, etc.), para identificar o uso de espécies ameaçadas, práticas de monitoramento, levantamentos de espécies, gestão e uso sustentável, etc.</p>	mento Econômico)		
--	--	---	--	------------------	--	--

		<p>Resultado 2.2 PIPCTAFs tem suas capacidades fortalecidas para a conservação e o uso sustentável da sociobiodiversidade</p>	<p>Produto 2.2.1 Espécies com potencial para uso sustentável e exploração econômica definidas, e 3-6 planos para o manejo e uso sustentável dessas espécies preparados e/ou implementados nos territórios alvo.</p> <p>Produto 2.2.2 Pelo menos 3 cadeias de valor/produção da sociobiodiversidade fortalecidas para espécies-alvo, incluindo estratégias listadas por PIPCTAFs para garantir sustentabilidade e/ou agregação de valor (estruturação, certificação de origem, etc.).</p> <p>Produto 2.2.3 Desenvolvimento e implementação de planos de uso sustentável e conservação para espécies ameaçadas com uso identificado.</p>			
<p>Componente 3 Gestão do conhecimento por meio de tecnologias de informação.</p>	<p>Assistência Técnica</p>	<p>Resultado 3.1 PIPCTAFs, partes interessadas relevantes e o público em geral podem acessar dados abertos e informações sobre biodiversidade associadas à cultura e ao</p>	<p>Produto 3.1.1 Ferramenta de coleta e compartilhamento de dados sobre biodiversidade desenvolvida no SiBBR.</p> <p>Produto 3.1.2 Registros de ocorrência de biodiversidade dos territórios de PIPCTAFs</p>	<p>GEFTF (Frente de Desenvolvimento Econômico)</p>	<p>\$ 2.078.970</p>	<p>\$ 5.000.000</p>

		<p>conhecimento dos PIPCTAFs no Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade (SiBBR).</p> <p>Resultado 3.2 As partes interessadas podem acessar informações, dados e resultados do projeto com base nos termos de uso associados à cultura e ao conhecimento estabelecidos pelos PIPCTAFs.</p>	<p>disponibilizados no SiBBR, com restrições de acesso para dados sensíveis.</p> <p>Produto 3.1.3 Portal com dados e informações sobre cada território de PIPCTAFs selecionado, desenvolvido e disponibilizado, com ênfase nas atividades realizadas por mulheres</p> <p>Produto 3.2.1 Política de dados e termos de uso baseados nos princípios CARE disponibilizados no SiBBR ou outras plataformas escolhidas pelos PIPCTAFs.</p> <p>Produto 3.2.2 Ferramentas de monitoramento e rastreabilidade do uso de dados desenvolvidas e disponibilizadas no SiBBR.</p> <p>Produto 3.2.3 Banco de dados georreferenciado desenvolvido com base em dados secundários sobre espécies atualmente utilizadas por PIPCTAFs que tenham potencial uso comercial e/ou compostos</p>			
--	--	--	---	--	--	--

			químicos associados. Produto 3.2.4 Plano de comunicação elaborado e experiências e formatos para compartilhamento de dados, informações e conhecimento tradicional disseminados			
Componente 4 MEU	Assistência Técnica	Resultado 4. 1 O desempenho do projeto é mantido no caminho certo para atingir os resultados esperados de forma econômica.	Produto 4.1.1 Supervisão técnica e financeira aprovada pelo Comitê Diretor do Projeto. Produto 4.1.2 Monitoramento interno, relatórios e revisão de lições aprendidas usados para informar o gerenciamento de projetos. Produto 4.1.3 Avaliações externas usadas para melhorar o desempenho e a sustentabilidade do projeto.	GEFTF (Frente de Desenvolvimento Econômico)	\$ 185.781	\$ 1.730.501
Subtotal				GEFTF (Frente de Desenvolvimento Econômico)	\$ 5.897.805	\$ 70.637.500
Custo de Gerenciamento de Projetos (PMC)				GEFTF	294.890	\$ 4.060.365
Custo total do projeto				GEFTF	6.192.695	\$ 74.697.865

ESBOÇO DO PROJETO

A. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

1. Integrar papéis ambientais e culturais é crucial para a gestão eficaz dos biomas Amazônia e Cerrado do Brasil, renomados por sua rica biodiversidade e diversos sistemas socioculturais. Nesse contexto, as práticas sociais dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PIPCTAFs) nessas regiões enfrentam uma miríade de ameaças, como desmatamento, mineração ilegal, agronegócio em larga escala e projetos de infraestrutura, exacerbados pelas mudanças climáticas. Essas ameaças não apenas invadem os territórios dos PIPCTAFs, mas também comprometem sua resiliência e de seu ambiente natural, prejudicando assim os meios de subsistência e sua reprodução física e cultural.

2. Tanto os povos indígenas quanto povos e comunidades tradicionais desempenham papéis essenciais na manutenção do equilíbrio ecológico, usando conhecimento e práticas culturalmente incorporados transmitidos de geração em geração. Reconhecer os PIPCTAFs como guardiões desse conhecimento tradicional inestimável sobre biodiversidade e combiná-lo com métodos científicos cria oportunidades para inovação social e tecnológica ao mesmo tempo em que aborda a crise da biodiversidade. Além disso, o Projeto enfatizará os papéis centrais do conhecimento das mulheres e abordará o desafio de integrar jovens e gerações mais velhas em atividades para fortalecer o conhecimento local. Para atingir isso, o Projeto adotará abordagens de gênero e intergeracionais, tanto no nível territorial quanto para a gestão do conhecimento e governança.

3. A justificativa deste projeto enfatiza a necessidade de reconhecer, fortalecer e documentar sistematicamente o conhecimento tradicional, abrindo caminho para seu diálogo simétrico com metodologias científicas estabelecidas. Essa interação não apenas fortalece os esforços de conservação da biodiversidade, mas também aprimora as práticas de gestão ambiental. Promover o entendimento mútuo entre as estruturas científicas e as práticas de PIPCTAFs é fundamental para mitigar os impactos das mudanças climáticas, salvaguardar a biodiversidade e melhorar os meios de subsistência dos PIPCTAFs que dependem da integridade e qualidade dos ecossistemas naturais.

4. O bioma Amazônia, contido na Amazônia Legal brasileira e seus estados ⁵, é o maior sistema de floresta tropical e rio do mundo, lar de uma diversidade impressionante de flora, fungos e peixes. Em sua extensão total, mede uma área de 5.015 milhões de km², correspondendo a 58,93% do território brasileiro. A região ostenta uma tremenda diversidade de espécies, incluindo 14.543 espécies de flora e fungos, mais de 11.000 espécies de árvores e pelo menos 3.000 espécies de peixes catalogadas. Apesar de seu papel crítico na regulação climática global, nos últimos anos o desmatamento mudou a função ecológica deste bioma de um sumidouro de carbono para um emissor de CO² (Gatti et al. 2021) ⁶.

5. Segundo maior bioma do Brasil, com uma área de 2.000 milhões de km², o Cerrado compreende cerca de 24% do território do país. Ele se distingue por uma variedade de grupos de vegetação – incluindo campos abertos, árvores e arbustos esparsos, florestas sazonais – reguladas pela estação seca, e cobertura arbórea ao longo de rios e corpos d'água – algumas com dossel fechado. O Cerrado abriga 14.046 espécies de plantas catalogadas, das quais pelo menos 5.472 são endêmicas. O Cerrado brasileiro tem um papel ecológico fundamental como ponto de origem de vários rios importantes das bacias hidrográficas do país que abastecem áreas agrícolas e urbanas. Entre os principais rios que se originam no Cerrado estão o Rio São Francisco, com mais de 90% de suas nascentes na região, e o Rio Paraná, além do Rio Paraguai, que se junta ao Paraná formando a Bacia do Rio da Prata. Outros rios relevantes incluem o Rio Xingu, o Rio

⁵Os estados que compõem a Amazônia Legal são: Pará, Amazonas, Acre, Tocantins, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Amapá, Maranhão (parcialmente, porção oeste), Mato Grosso (parcialmente, porção norte).

⁶Gatti LV, Basso LS, Miller JB, Gloor M, Gatti Domingues L, Cassol HLG, Tejada G, Aragão LEOC, Nobre C, Peters W, Marani L, Arai E, Sanches AH, Corrêa SM, Anderson L, Von Randow C, Correia CSC, Crispim SP, Neves RAL. A Amazônia como fonte de carbono ligada ao desmatamento e às mudanças climáticas. *Natureza*. julho de 2021;595(7867):388-393. doi: 10.1038/s41586-021-03629-6. Epub 2021, 14 de julho. PMID: 34262208.

Tocantins, o Rio Araguaia, o Rio Parnaíba e o Rio Gurupi. A preservação de nascentes no Cerrado é vital para a sustentabilidade dos recursos hídricos do Brasil (Silva 2014) ⁷.

6. Diferentes PIPCTAFs residem nesses dois biomas (veja o Anexo 1 no Apêndice Suplementar 13 do PNUMA), integrando conhecimento, técnicas e práticas relacionadas a sistemas naturais e ao manejo da biodiversidade, desafiando noções convencionais de ecossistemas intocados. O conhecimento tradicional baseado em biodiversidade dos PIPCTAFs envolve a criação/domesticação ancestral de paisagens. Esse conhecimento foi bem documentado por meio de pesquisas integradas/interdisciplinares nos campos da arqueologia e botânica, como também na ecologia histórica (Clement et al. 2015; Levis et al. 2024)^{8, 9}. Desafiando as visões tradicionais de “ecossistemas intocados”, acadêmicos como Balée (1989)¹⁰ - para o bioma Amazônia, e Silva (2014)¹¹ - para o Cerrado, mostraram que grande parte da biodiversidade nessas regiões é o resultado de milênios de manejo da paisagem e seleção genética por PIPCTAFs. Áreas antes consideradas intocadas são, na verdade, “florestas culturais” ou “florestas antropogênicas” moldadas pela intervenção humana. Aprimoradas ao longo dos séculos, as práticas dos PIPCTAFs incluem agricultura rotacional, incêndios controlados e técnicas de regeneração florestal, que apoiam a riqueza e a proteção da biodiversidade.

7. Não obstante a contribuição comprovada de PIPCTAFs para a manutenção de ecossistemas naturais, os biomas Amazônia e Cerrado têm, historicamente, vivenciado conflitos e disputas com invasores de terras, levando à consequente apropriação ilegal e apropriação indevida de recursos naturais dentro dos territórios de PIPCTAFs. No bioma Amazônia, embora os territórios de PIPCTAFs cubram uma vasta área, com Terras Indígenas ocupando aproximadamente 23% da região, e Unidades de Conservação de Uso Sustentável - onde algumas comunidades tradicionais residem - cobrindo aproximadamente 11%, cada vez mais, esses territórios são ameaçados por atividades como expansão da pecuária, agricultura de exportação em larga escala (ou seja, soja), projetos hidrelétricos, extração ilegal de madeira, mineração e outros projetos de “desenvolvimento”. No bioma Cerrado, a cobertura de áreas protegidas é muito menor. Aproximadamente 8,3% do Cerrado está destinado para Unidades de Conservação, onde 3,1% estão sob proteção integral e 5,6% são alocados para usos sustentáveis. Além disso, 4,1% do bioma Cerrado é coberto por Terras Indígenas. No Cerrado, paisagens naturalmente planas estão sendo transformadas rapidamente para usos do agronegócio, impactando sua estabilidade social e ecológica. O desmatamento generalizado do Cerrado está superando até mesmo as taxas de desmatamento testemunhadas na Amazônia. Por exemplo, enquanto, em 2023, o desmatamento na Amazônia teve uma redução de 30%, o desmatamento no Cerrado aumentou em 19%, com uma perda projetada - até 2024 - de 12.000 km² de vegetação nativa.

8. Exacerbadas pelas mudanças climáticas, secas ou estações secas prolongadas aumentam a frequência e a intensidade de incêndios provocados pela ação humana e interrompem os padrões de precipitação, diminuindo a capacidade de recuperação dos sistemas naturais. Em 2023, os principais rios da Amazônia — Negro, Madeira e Solimões — registraram seus menores níveis de água desde 1902 (Grossman, 2024)¹². Da mesma forma, o Cerrado viu uma redução de até 50% nas chuvas durante os meses secos nas últimas três décadas (Pivetta, 2023)¹³. Esse processo de invasão, associado às mudanças climáticas/eventos climáticos extremos, em ambos os biomas, não apenas representa impactos ambientais severos, mas também coloca em risco os sistemas tradicionais de conhecimento ecológico e os meios de subsistência dos PIPCTAFs.

⁷ Silva, TC 2014. Evidências culturais e biológicas de uma paisagem transformada no cerrado brasileiro (Latu sensu): um olhar através da etnoecologia de paisagem. 2014.167f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Botânica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

⁸ Clement, CR, et al. 2015. A domesticação da Amazônia antes da conquista europeia. *Proc. R. Soc. B* 282, e20150813.

⁹ Levis, C. et al. Contribuições das culturas humanas para a biodiversidade e conservação do ecossistema. *Nature Ecology & Evolution*, p. 1-14, 2024.

¹⁰ Balée, W. 1989. A cultura das florestas amazônicas. *Advances in Economic Botany*, v. 7, p. 1-21.

¹¹ Op. cit.

¹² Grossman, D. Um rio em fluxo. *Science* – Volume 383, Edição 6684 (<https://www.science.org/doi/epdf/10.1126/science.ado6281>).

¹³ Pivetta, M. 2023. Seca avança no Cerrado. *Revista Fapesp* nº 333. <https://revistapesquisa.fapesp.br/seca-avanca-no-cerrado>.

9. A pressão sobre o uso de recursos naturais nos biomas Amazônia e Cerrado tem como consequências práticas insustentáveis relacionadas à exploração de recursos naturais. Vários fatores podem ter impacto direto na conservação da sociobiodiversidade. Por exemplo, o isolamento territorial pode interromper práticas tradicionais de manejo e cultivo agrícola ao interromper trocas de germoplasma entre territórios de PIPCTAFs. Manter alta diversidade agrícola é em grande parte resultado de trocas de germoplasma, que promovem a conservação de fluxos gênicos entre parentes selvagens e espécies domesticadas, combatendo a erosão genética de espécies usadas para alimentação ou outros usos. Apesar do papel crítico que os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais mantêm na preservação da diversidade agrícola, as espécies e variedades que eles cultivam são relativamente desconhecidas (Pivetta 2023) ¹⁴. Nesse sentido, esta proposta de Projeto, para documentação e sistematização de dados e informações da sociobiodiversidade, é projetada para permitir uma avaliação comparativa, fazendo uso de portais geoespaciais - de espécies (e variedades) usadas em diferentes territórios, incluindo aquelas significativas para a segurança alimentar/nutricional, potencial econômico e/ou de importância cultural. Essa documentação pode ajudar na adaptação às mudanças climáticas, já que variedades de espécies em risco de perda ou declínio em uma região podem ainda prosperar em outro lugar, devido a condições climáticas ou ambientais específicas ou às suas características adaptativas.

10. Documentar o conhecimento sobre a sociobiodiversidade também foi identificado por PIPCTAFs como essencial para promover tanto os meios de subsistência quanto a segurança territorial. Na última década, muitos territórios de PIPCTAFs desenvolveram planos de gestão local, denominados "Planos de Gestão Territorial e Ambiental" (PGTAs), com apoio de organizações parceiras e baseados no desenvolvimento de protocolos de consulta participativa. Projetados para contribuir para a gestão sustentável dos recursos naturais, esses PGTAs consolidam informações, baseadas em conhecimento tradicional, sobre áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva nesses territórios. A metodologia proposta pelo Projeto para sistematização, visualização e análise de dados de biodiversidade mapeados nos territórios tem o potencial de contribuir para a construção e implementação dos PGTAs acima mencionados.

11. Além dos impactos locais relacionados à gestão e conservação da biodiversidade, a documentação proposta de dados sobre conhecimento tradicional deve fornecer a designação de origem, rastreabilidade e a participação dos PIPCTAFs na gestão dessas informações, contribuindo para políticas globais de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS, por sua sigla em inglês). PIPCTAFs nos biomas Amazônia e Cerrado possuem conhecimento de uma ampla gama de espécies para fins de subsistência, medicinais e econômicos. No entanto, a exploração de recursos genéticos pelas indústrias cosmética, farmacêutica e de perfumaria não tem praticado frequentemente a repartição de benefícios para aqueles que detêm o conhecimento tradicional associado à fabricação desses produtos.

12. Para os PIPCTAFs no Brasil, cujos *conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos* (CTA) são frequentemente explorados sem o devido reconhecimento ou compensação (Feres 2022)¹⁵, a propriedade intelectual e os direitos sociobiológicos ganham importância, juntamente com discussões globais contemporâneas sobre o tópico¹⁶. A Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) juntou-se a este debate e propôs o estabelecimento de uma estrutura legal internacional para regular o acesso e a partilha de benefícios associados aos recursos genéticos, conforme definido pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e seu Protocolo de Nagoya. A intenção da OMPI é ajudar os examinadores de patentes a encontrarem *estados da arte prévios*¹⁷ e evitar a concessão de patentes por

¹⁴ OP.cit.

¹⁵ Feres, MVC 2022 Biodiversidade, Conhecimento Tradicional e Direitos de Patentes: O Estudo de Caso de *Phyllomedusa bicolor*. Revista Direito GV. Vol 18. No. 1. <https://doi.org/10.1590/2317-6172202205>

¹⁶ <https://www.wipo.int/diplomatic-conferences/en/genetic-resources/index.html>

¹⁷ "Antigo estado da técnica" é um conceito fundamental na lei de patentes, servindo como o corpo coletivo de conhecimento que é usado para determinar a novidade e a não obviedade de uma invenção. Ele abrange tudo o que foi disponibilizado ao público antes da data de depósito de um pedido de patente, incluindo, mas não se limitando a patentes, artigos publicados, produtos e até mesmo demonstrações públicas. O banco de dados do Escritório Europeu de Patentes, Espacenet, é um recurso valioso para conduzir pesquisas completas de anterioridade, contendo mais de 150 milhões de documentos.

engano, alguns países implementaram bancos de dados de conhecimento tradicional. Este mecanismo foi aprovado pelos Estados-Membros da OMPI durante a Conferência Diplomática realizada em Genebra em maio de 2024¹⁸. Este Instrumento Jurídico Internacional aprovado, relativo à Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional Associado a Recursos Genéticos exigirá uma declaração sobre a existência ou não de recursos genéticos e/ou conhecimento tradicional em pedidos de patente. Além disso, este instrumento sugere que os países consolidem sistemas de informação - como bancos de dados - relacionados a recursos genéticos e conhecimento tradicional, com salvaguardas desenvolvidas em consulta com povos indígenas e comunidades tradicionais. Esses bancos de dados podem ser consultados por Escritórios de Patentes para fins de avaliação de pedidos de patente.

13. O dilema relacionado ao sistema de patentes e à legislação brasileira, que vem sendo debatido há mais de duas décadas, sem chegar a um consenso, é sobre como sistematizar o conhecimento tradicional, valorizando-o e preservando-o, permitindo que mais beneficiários tenham acesso a esse conhecimento, mas, ao mesmo tempo, garantindo que ele não seja mal utilizado por terceiros. Ferramentas de Tecnologia da Informação (TI) podem ajudar a resolver esse dilema usando bancos de dados com acesso restrito ou parcialmente restrito. A interoperabilidade segura entre bancos de dados de acesso restrito pode esclarecer questões de patentes ou registro de espécies no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético (SisGen) e Conhecimento Tradicional Associado aos recursos genéticos. O banco de dados do SisGen estabelecendo vínculos interoperáveis com bancos de dados que fornecem informações sobre a origem do conhecimento tradicional com base na distribuição das espécies, esclarecerá a procedência do conhecimento tradicional associado e impedirá seu uso indevido.

14. No Brasil, a Lei 13.123 de maio de 2015¹⁹, de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS) estabelece que a exploração econômica de "produtos acabados" ou "material reprodutivo", resultantes de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, gera obrigações de repartição de benefícios para o usuário da informação. Se o produto acabado ou material reprodutivo resultar de acesso a conhecimento tradicional de "origem identificável", o usuário é obrigado a repartir parte do benefício diretamente com o Indígena ou Comunidade Local (Tradicional) detentor do conhecimento e a depositar outra parte no Fundo Nacional de Repartição de Benefícios – FNRB²⁰ para ser repartida com os co-titulares do mesmo conhecimento. Caso contrário, se o acesso ao conhecimento tradicional que gerou o produto foi o chamado de "origem não identificável", o valor total do "benefício" gerado deverá ser depositado no FNRB para ser repartido entre todos os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. É importante destacar que os recursos destinados ao FNRB são geridos por um Comitê Nacional²¹ que conta com a participação dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, guardiões da biodiversidade, que são um dos principais beneficiários da política de ABS do Brasil.

15. Apesar da disponibilidade de tais soluções tecnológicas, persistem desafios sobre como garantir a governança dos PIPCTAFs em relação ao conhecimento tradicional sistematizado. O Projeto aborda diretamente esse desafio, capacitando PIPCTAFs com habilidades de governança de dados, com foco especial em mulheres, jovens e idosos, para promover a tomada de decisão informada sobre o uso da tecnologia para Gestão do Conhecimento, garantindo benefícios de dados compartilhados por meio de mecanismos como licenças coletivas, ferramentas de login e rastreabilidade de uso. Para proteger os dados, o Projeto propõe que os bancos de dados de conhecimento tradicional de PIPCTAFs empreguem controles de acesso, que lhes garantam direitos totais de gestão, ao mesmo tempo em que fornecem a

Entender a anterioridade da técnica é crucial para que os inventores garantam que suas invenções sejam realmente novas e naveguem pelas complexidades do registro de patentes de forma eficaz (https://www.wipo.int/edocs/mdocs/aspac/en/wipo_ip_cm_09/wipo_ip_cm_09_topic7_01.pdf).

¹⁸ https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/gratk_dc/gratk_dc_7.pdf

¹⁹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm

²⁰ O Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB) foi criado pela Lei n.º 13.123/2015 e regulamentado pelo Decreto n.º 8.772/2016. O principal objetivo do Fundo é promover a valorização do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado e seu uso sustentável.

²¹ O Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios foi criado pela Lei n.º 13.123, de 20 de maio de 2015, e regulamentado pelo Decreto n.º 8.772, de 11 de maio de 2016. A regulamentação da Lei garantiu a inclusão dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares no processo decisório deste colegiado.

possibilidade de acesso restrito ou parcialmente restrito para outros grupos. Essa abordagem salvaguarda a integridade e a propriedade do conhecimento, garantindo que ele seja usado de forma respeitosa e apropriada. A discussão sobre bancos de dados de conhecimento tradicional está na pauta do principal órgão colegiado que supervisiona o tema dentro do governo brasileiro com participação da sociedade civil e da academia - a Câmara Setorial dos Guardiões da Biodiversidade, parte do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen). Este Projeto GEF é percebido como um mecanismo fundamental para promover o debate sobre bases de dados de conhecimento tradicional, bem como um catalisador de ações para gerenciar informações e conhecimentos sobre o uso de espécies da sociobiodiversidade.

16. SiBBr do MCTI foi selecionado como o sistema de *backbone* para este Projeto. O SiBBr foi lançado em 2014 e, embora tenha sido desenvolvido com ampla participação da sociedade brasileira (ou seja, academia e organizações não governamentais), não teve um foco específico no conhecimento de PIPCTAFs e, portanto, sua participação não foi planejada. Propõe-se que esta configuração seja modificada com este Projeto quando, como um movimento pioneiro, uma plataforma governamental criará espaço para o Conhecimento Tradicional de PIPCTAFs. O SiBBr é o *locus* adequado para o conhecimento da biodiversidade de povos e comunidades devido ao seu papel como repositório governamental oficial de informações sobre a biodiversidade do país e atualmente compila mais de 160 mil espécies da flora, fungos e fauna do Brasil. Além disso, para muitas dessas espécies é possível conhecer a distribuição de ocorrência e sobrepor essas informações com as formas de territórios indígenas e comunidades tradicionais. Este cruzamento de informações permitirá identificar a procedência de uma determinada espécie de uso tradicional ou relacionada ao conhecimento tradicional.

17. O Projeto promove a integração dessas novas funcionalidades com outras ferramentas e dados já sistematizados no Sistema de Informação sobre Biodiversidade (SiBBr), como a área de ocorrência das espécies, informações taxonômicas e cruzamento de dados sobre a distribuição das espécies nos territórios dos PIPCTAFs. O SiBBr é uma infraestrutura web de agregação de dados sobre biodiversidade, com cerca de duzentas organizações como publicadoras, entre museus, universidades e instituições de pesquisa. A plataforma é utilizada por gestores de políticas públicas, pesquisadores e pela sociedade em geral, com uma média de 28 mil usuários por mês. Atualmente, a plataforma disponibiliza mais de 28 milhões de registros de 168 mil espécies. O SiBBr foi desenvolvido com financiamento inicial de um projeto do GEF implementado pelo PNUMA e coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) como plataforma central do país para o avanço do conhecimento sobre biodiversidade.

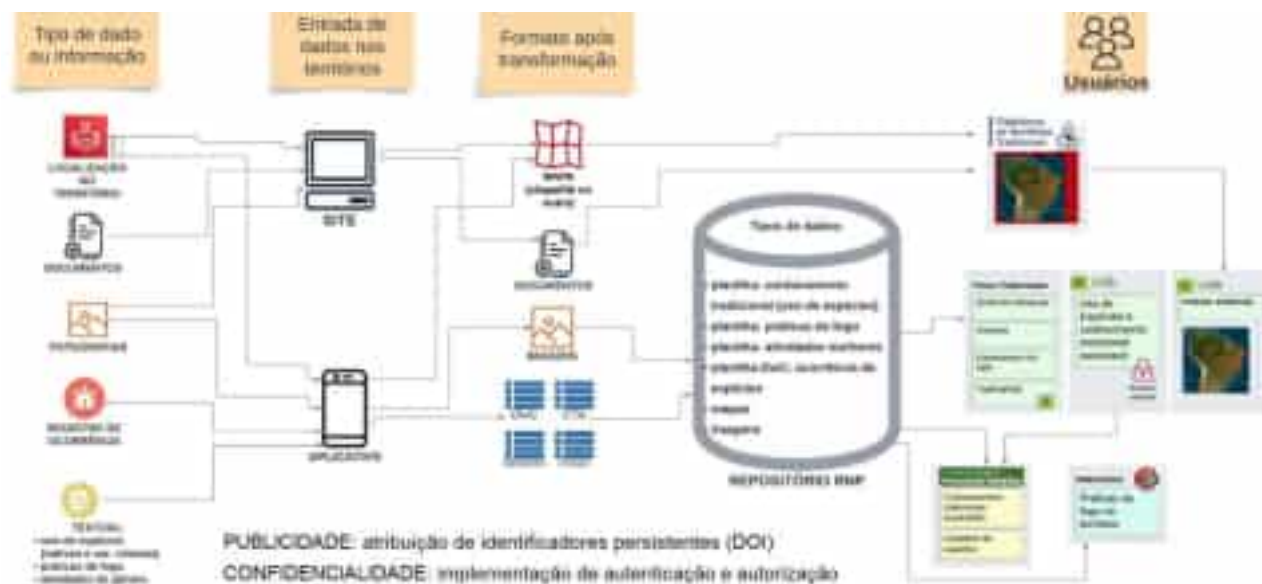
18. No Brasil, os dois principais sistemas relacionados aos conhecimentos tradicionais e aos territórios dos PIPCTAFs são o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SISGEN,²² de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e a Plataforma Territórios Tradicionais,²³ administrado pelo Ministério Público Federal. O SISGEN é um sistema eletrônico desenvolvido para auxiliar o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) na gestão do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado. A Plataforma Territórios Tradicionais é resultado de uma parceria entre o MPF, o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e a Agência de Cooperação Alemã no Brasil – GIZ Brasil. A plataforma utiliza o georreferenciamento para reunir e disponibilizar informações de diversas fontes sobre áreas habitadas por povos e comunidades tradicionais em todo o Brasil. O objetivo é diagnosticar a ocupação dos territórios e as necessidades desses grupos, a fim de orientar as ações dos órgãos públicos e a definição de políticas que atendam a essas comunidades. A Plataforma Territórios Tradicionais conta com um Conselho Gestor definido pela Portaria PGR/MPF nº 167/2019. A composição desse Conselho, cujos membros têm direito a voto, é composta quase que exclusivamente por representantes de povos e comunidades tradicionais.

19. Visando a interoperabilidade desses sistemas - SISGEN e Plataforma Territórios Tradicionais - com o SiBBr, foram estabelecidos contatos tanto com o MPF quanto com a Secretaria Executiva CGen do MMA.

²² <https://sisgen.gov.br/logingovbr.aspx>

²³ <https://territoriostradicionais.mpf.mp.br>

Em relação ao SISGEN, o MMA solicitou apoio para interoperabilidade entre os sistemas, e foi elaborado um plano de trabalho, visando promover a integração dos dados do SISGEN e do SiBBR por meio da instalação e atualização de uma ferramenta de publicação de dados, *Integrated Publishing Toolkit* - IPT (<https://www.gbif.org/ipt>), estruturação e padronização dos dados legados, e formação em gestão de dados para a equipe do SISGEN. Essas atividades estão previstas para iniciar em 2025. Neste momento, o MCTI e o MMA estão elaborando Termos de Cooperação interinstitucionais para tratar da interoperabilidade dos sistemas (SisGen e SiBBR).



20. Principais redes e institutos de pesquisa, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)²⁴, que são algumas das instituições de publicação do SiBBR junto com universidades regionais, têm uma forte correlação com o Projeto, oferecendo ampla experiência de trabalho de campo e colaboração com PIPCTAFs conduzindo pesquisas interculturais, que integram conhecimento tradicional e científico para aprimorar o gerenciamento da biodiversidade e a segurança alimentar. Muitas dessas instituições foram consultadas durante a Fase de Preparação do Projeto e não apenas declararam seu apoio à proposta em desenvolvimento, mas também o compromisso de participar das atividades.

21. O Projeto alavancará o monitoramento local e participativo existente e a pesquisa colaborativa para disseminar resultados e compartilhar lições aprendidas nos biomas Amazônia e Cerrado, especialmente entre outros territórios de PIPCTAFs e instituições de pesquisa interessadas em replicar as metodologias. Isso inclui iniciativas de pesquisa de longo prazo sobre monitoramento da biodiversidade (PPBio)²⁵, apoiando a coleta de dados comunitários sobre fauna, flora e dinâmica ambiental, e traduzindo protocolos de coleta de dados de biodiversidade para línguas indígenas ou localmente acessíveis. O monitoramento de espécies considerará o conhecimento ecológico tradicional combinado com o conhecimento científico, para o planejamento e adoção de estratégias de manejo sustentável para a conservação de espécies, especialmente aquelas em declínio ou ameaçadas. Para esse fim, as Atividades do Projeto 2.1.3.1 e 2.2.3.1 abordam diretamente o tópico de monitoramento de espécies ameaçadas. Mais informações sobre

²⁴ O IDSM, o INPA e o MPEG também estão representados no Comitê Gestor do SiBBR e já trabalham com PIPCTAFs, podendo atuar como interlocutores locais do Projeto.

²⁵ Criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) tem como objetivo desenvolver metodologias para monitorar a biodiversidade, gerar conhecimento científico e apoiar o uso sustentável dos recursos naturais.

espécies importantes e ameaçadas nos Biomas Amazônia e Cerrado podem ser encontradas no Anexo 2 do Apêndice Suplementar 13 do PNUMA.

22.O projeto visa fazer interagir, de forma justa e respeitosa, diversos sistemas de conhecimento, aprimorando os direitos humanos e as práticas socioculturais conforme descrito no Formulário de Identificação de Riscos de Salvaguardas e no Plano de Gestão Ambiental e Social (ver, respectivamente, Anexo F e Anexo 3 no Apêndice Suplementar 13 do PNUMA). Ele promove a pesquisa colaborativa que dialoga com o *conhecimento ecológico tradicional* (CET) (Hanazaki 2003; Carneiro da Cunha 2012; Carneiro da Cunha, Magalhães e Adams 2021) ²⁶e as ciências biológicas modernas para enfrentar as ameaças à biodiversidade decorrentes das mudanças climáticas e da invasão humana. Ao aproximar os sistemas de conhecimento tradicional e científico, o potencial ‘conhecimento emancipatório’ de PIPCTAFs é valorizado e promove a justiça cognitiva²⁷nas iniciativas de conservação da biodiversidade. Isso envolve reconhecer e respeitar diversas formas de conhecimento além dos paradigmas científicos convencionais. A coexistência de sistemas de conhecimento variados contribui para uma abordagem holística da gestão socioambiental e da equidade social, enriquecendo nossa compreensão da interconexão entre cultura, biodiversidade e sustentabilidade, tão necessária diante dos desafios contemporâneos.

23.Para mitigar as disparidades de produção de conhecimento (Candau 2003)²⁸, a pesquisa intercultural sobre a biodiversidade proposta por este Projeto opera sob o postulado de que tanto os sistemas tradicionais de conhecimentos ecológicos quanto a ciência biológica moderna são necessários para enfrentar as ameaças contemporâneas de perda de biodiversidade, e que o desenvolvimento de métodos cooperativos e colaborativos de pesquisa entre esses sistemas de conhecimento é a melhor maneira de avançar. Isso requer treinamento para ambos os grupos de pesquisa em tecnologias modernas de pesquisa biológica e em dinâmica intercultural e na questão dos direitos de propriedade intelectual. O objetivo desta colaboração é a coprodução de conhecimento, que emergirá dos espaços de conhecimento híbridos fornecidos pelo Projeto (veja também o Anexo 4 no Apêndice Suplementar 13 do PNUMA sobre Pesquisa em Biodiversidade Intercultural e Políticas Públicas). O projeto adota os princípios CARE (Benefício Coletivo, Autoridade para controlar, Responsabilidade e Ética) e FAIR (Dados Encontráveis, Acessíveis, Interoperáveis e Reutilizáveis) para proteger o uso de dados e promover o compartilhamento equitativo de benefícios²⁹.

24.Este Projeto pretende buscar os seguintes resultados na Amazônia e no Cerrado em territórios de PIPCTAFs alvos ³⁰: (i) co-criar estratégias para pesquisa participativa/intercultural sobre biodiversidade, incluindo um forte componente de formação/qualificação e um processo de coleta participativa de dados e compartilhamento consensual de dados, com forte consideração pela ciência e identidades cosmológicas de PIPCTAFs; (ii) promover a identificação, gestão integrada, conservação e uso sustentável da biodiversidade; e (iii) gerenciar e disseminar o conhecimento gerado pelo Projeto usando tecnologia da informação e sistemas de informação.

25.As barreiras potenciais para atingir esses resultados incluem o seguinte:

- Barreira 1: não participação de PIPCTAFs na gestão integrada e nos processos de tomada de decisão sobre a conservação da biodiversidade. Apesar de seus papéis importantes para a conservação da biodiversidade e gestão de áreas globalmente significativas, PIPCTAFs recorrentemente não são chamados a participar do design e implementação de atividades de projeto e em processos de tomada de decisão. Isso, em parte, pode ser explicado por limitações de linguagem e/ou o uso de formas

²⁶Op. cit.

²⁷O princípio da justiça cognitiva combate práticas de discriminação ou exclusão epistêmica, associadas a um modelo cognitivo hegemônico global que invisibiliza e estabelece limites ao reconhecimento de outros sistemas de conhecimento, como o conhecimento ecológico tradicional (CET) dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais.

²⁸Candau, VM Educação Intercultural e Cotidiano escolar (Org.) Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

²⁹<https://www.gida-global.org/care>

³⁰Consulte o Anexo 5 do Apêndice Suplementar 13 do PNUMA para obter uma descrição do processo de seleção de territórios.

alternativas de comunicação. Também pode ser parcialmente explicado pelo não reconhecimento do conhecimento indígena, tradicional e local como sistemas de conhecimento válidos, um processo chamado 'colonialidade do saber'³¹(Quijano, 1992; Maldonado-Torres, 2007)^{32,33} que se refere à tendência de desconsiderar o conhecimento indígena/tradicional como formas válidas de conhecimento, e pode impedir a adoção de um processo de tomada de decisão participativo, incluindo decisões sobre gestão integrada da biodiversidade e projetos externos. Embora os territórios de PIPCTAFs sejam reconhecidos mundialmente por proteger a biodiversidade, PIPCTAFs raramente são considerados em esforços baseados na ciência para coordenar e combater os fatores de perda de biodiversidade. Os esforços de conservação de PIPCTAFs tendem a passar despercebidos e raramente são incluídos em esforços institucionais para quantificar, monitorar e conservar sistematicamente a biodiversidade liderados pelo governo, academia e/ou setor privado.

- Barreira 2: lacunas de informação sobre o estado da biodiversidade nos territórios dos PIPCTAFs enfraquecem a gestão territorial e sua conservação e uso sustentável. Apesar do amplo conhecimento dos PIPCTAFs sobre o meio ambiente e sua biodiversidade associada, especialmente sobre os recursos que eles historicamente usaram para sua subsistência e práticas espirituais, pouco conhecimento foi formalmente capturado ou sistematizado sobre a biodiversidade nesses territórios. Não há um conjunto de dados de informações suficientemente robusto e disponível para dar suporte a avaliações sobre disponibilidade, intensidade de uso, necessidade de gestão e/ou estado de conservação nos territórios dos PIPCTAFs. O afastamento e as dificuldades de acesso a muitos territórios dos PIPCTAFs contribuem ainda mais para essas lacunas de informação.
- Barreira 3: falta de conhecimento e acesso às tecnologias disponíveis que possam viabilizar a soberania, a gestão de dados e a salvaguarda do conhecimento tradicional. PIPCTAFs raramente têm acesso a tecnologias culturalmente apropriadas e custo-efetivas para monitorar e gerir a biodiversidade, o que pode enfraquecer as perspectivas de salvaguardar a integridade de seus territórios e seus conhecimentos tradicionais. Além disso, desconhecem as possibilidades relativas a dados e informações em bancos de dados digitais, que muitas vezes podem representar uma segurança muito maior do que publicações impressas, como livros, teses, livretos, etc. Há uma apropriação indevida do conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos, tanto no sistema internacional de patentes³⁴ quanto na legislação brasileira (por exemplo, Lei 13.123/2015)³⁵. No último caso, o pesquisador/inventor, ao registrar sua pesquisa no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético (SisGen), pode informar que o conhecimento tradicional tem "origem não identificável", e por isso toda a repartição de benefícios é canalizada para o Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB) e não diretamente para as comunidades de PIPCTAFs. Em relação ao sistema de patentes, qualquer invenção criada com base em conhecimento existente, incluindo conhecimento tradicional, associado a recursos genéticos, não é patenteável porque é dita como antecipada pelo *estado da técnica*³⁶. No entanto, a natureza do conhecimento tradicional em sua forma original, muitas vezes conhecimento não documentado ou oral, torna difícil, se não impossível, para os agentes concedentes de patentes, determinar a existência do *estado da técnica*. Assim, a construção de bancos de dados com acesso restrito ou parcialmente restrito, que identifiquem o conhecimento tradicional e sua procedência, tem sido reconhecida como uma solução para informar a existência desse conhecimento tradicional aos sistemas de patentes, ou mesmo ao Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético (SisGen). Embora não haja consenso, muitos governos veem a documentação do conhecimento tradicional como

³¹ A colonialidade do conhecimento está diretamente relacionada ao racismo epistemológico e aos padrões de poder que moldam, entre outros domínios, a produção de conhecimento. Refere-se a um legado duradouro do colonialismo nos domínios da produção e disseminação do conhecimento.

³² Quijano, A. 1992. Colonialidade e modernidade/razionalidade. Em Los conquistados. 1942 e a Población Indígena de las Américas, compilado por H. Bonilla, pp. FLACSO/Tercer Mundo/ Librí Mundi, Quito-Bogotá.

³³ Maldonado-Torres, N. Sobre a colonialidade do ser - contribuições para o desenvolvimento de um conceito. Estudos Culturais, 21(2-3), p. 240-270, 2007.

³⁴ <https://doi.org/10.1590/2317-6172202205>

³⁵ Op. cit.

³⁶ Op. Cit.

uma ferramenta provisória para superar deficiências das normas legais existentes (Nordin et al. 2012)³⁷. Um ponto destacado é a importância de um banco de dados ou sistema permanecer sob a governança e controle de PIPCTAFs. A sistematização também ajuda a identificar o detentor do conhecimento por um usuário potencial do conhecimento (ou seja, bioprospecção/pesquisador). Além disso, o acesso desigual às tecnologias modernas, bem como a compreensão das possibilidades existentes, limita a capacidade dos PIPCTAFs de monitorar seus territórios bioculturais e de detectar e denunciar ameaças e ataques a eles. A falta de acesso à tecnologia é uma barreira para garantir o uso de ferramentas de Tecnologia da Informação (TI) e melhorar os processos participativos e de gerenciamento de dados; e

- Barreira 4: a incapacidade das práticas científicas convencionais de reconhecer outros sistemas de conhecimento tradicionais e locais, muitos dos quais estão enraizados em práticas cosmológicas próprias e transmitidos oralmente. O *Conhecimento Ecológico Tradicional* (CET) frequentemente parece ter valor imediato limitado para o método científico convencional. O Projeto espera desenvolver facilitadores estratégicos para abordar essas barreiras. Isso inclui estratégias e metodologias para fortalecer a coprodução de conhecimentos (científicos e tradicionais) e a promoção de suas interseções. O diálogo e a pesquisa interculturais têm o potencial de gerar estratégias para a proteção do conhecimento tradicional, conservação da biodiversidade, monitoramento participativo, gerenciamento de dados autodeterminado, gerenciamento sustentável de recursos naturais e da sociobiodiversidade. Projetos dentro dos territórios de PIPCTAFs devem se basear nos princípios CARE e FAIR³⁸. Parcerias estratégicas com organizações de PIPCTAFs e instituições governamentais e científicas relevantes serão essenciais para superar as barreiras existentes e promover uma abordagem baseada em direitos, baseada na propriedade e nas prioridades locais.

26. A linha de base de políticas e intervenções anteriores mostra facilitadores-chave para abordar barreiras e fomentar a visão proposta. Um dos focos do projeto é que os PIPCTAFs participarão da condução de pesquisas sobre biodiversidade em seus territórios, seguido por seu envolvimento no monitoramento de seus próprios dados e informações. Uma ferramenta específica para permitir a adoção dessa abordagem é o Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade (SiBBr). O SiBBr é uma infraestrutura tecnológica e provedora de serviços que visa organizar, indexar, armazenar e disponibilizar dados e informações sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros.

27. O SiBBr é hospedado e operado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que também é responsável por desenvolver ferramentas e serviços voltados para atender novas demandas, como, por exemplo, permitir o rastreamento e controle do uso de informações e acesso a nomes de espécies em línguas indígenas e/ou denominações locais. O SiBBr já é referência para inúmeros setores que atuam em atividades relacionadas à bioeconomia. O SiBBr atuará como banco de dados de conhecimento e ferramenta deste Projeto para garantir que as informações coletadas por meio das atividades propostas, com apoio e permissão dos PIPCTAFs, tenham acesso livre e aberto. Para tanto, o MCTI e suas instituições associadas – o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) – poderão contribuir por meio do fornecimento de um conjunto de ferramentas fundamentais, experiências e lições aprendidas, bem como iniciativas em andamento que podem apoiar ou complementar atividades relevantes do projeto em nível local, como aquelas voltadas à bioeconomia e ao fortalecimento de cadeias produtivas. Sinergias com políticas e programas voltados à soberania alimentar e segurança nutricional também são previstas.

28. O SiBBr conta com diversas conquistas recentes que demonstram sua relevância estratégica e uma referência no Brasil:

³⁷ Nordin, Rohaida & Hassan, Kamal & Zainol, Zinatul. (2012). Documentação do conhecimento tradicional: prevenindo ou promovendo a biopirataria. *Pertanika Journal of Social Science and Humanities*. 20 (s). 11.

³⁸ Os princípios CARE para governança e pesquisa de dados indígenas incluem Benefício Coletivo, Autoridade para Controle, Responsabilidade e Ética, bem como a consideração de papéis de gênero. Os princípios de dados FAIR incluem dados Findable, Accessible, Interoperable e Reusable.

- A Meta de Aichi 19 foi alcançada no Brasil, utilizando registros disponíveis no SiBBR para avaliação do desempenho do país.
- A plataforma SiBBR, atualmente com 28 milhões de registros de ocorrências de espécies, e continuando a aumentar sua publicação de dados e acessos, conta com cerca de 320.000 usuários (ou seja, publicadores) e por ano tem mais de 470.000 acessos;
- O SiBBR faz parte do *Global Biodiversity Information Facility* (GBIF) como o Nó Brasileiro.

29.O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) avaliou a cobertura e a qualidade dos dados de biodiversidade disponíveis no SiBBR, produzindo mapeamentos de análises de lacunas para dar suporte a estudos relacionados à iniciativa sobre Contabilidade Ambiental Nacional³⁹. Várias redes de pesquisa e institutos associados ao MCTI fornecerão a base necessária para dar suporte à implementação do Projeto. A maior rede de pesquisa em biodiversidade do Brasil, o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), com mais de 15 anos de experiência em trabalho de campo nos biomas Amazônia e Cerrado, desempenharia um papel fundamental nas atividades de campo para levantamento e monitoramento da biodiversidade. O PPBio contribuirá com especialistas de várias áreas da biologia e ecologia e sua expertise como um usuário-chave do SiBBR. Juntos, esses parceiros de pesquisa podem contribuir com conhecimento e práticas de trabalho de campo, recursos humanos especializados e coordenação e logística, mas também com expertise em relacionamentos de longo prazo com PIPCTAFs. Por meio deles, PIPCTAFs direcionados desenvolverão pesquisas interculturais, trocando conhecimento tradicional e científico sobre biologia e ecologia. Essas interações estarão alinhadas às necessidades territoriais e às iniciativas colaborativas em andamento que visam fortalecer as cadeias produtivas/de valor, monitorar a biodiversidade e fortalecer a segurança e a soberania alimentar ⁴⁰.

30.O Projeto se baseará na experiência de iniciativas de monitoramento local e participativo, e pesquisa colaborativa, com o objetivo de facilitar a disseminação de resultados de várias iniciativas semelhantes, além das suas próprias, para outros locais (por exemplo, por meio de visitas entre locais e transferência de lições aprendidas para outras regiões) na Amazônia e no Cerrado. Experiências relevantes incluem a instalação de parcelas permanentes e equipamentos para membros da comunidade coletando dados sobre fauna e flora, registrando periodicamente a dinâmica ambiental e oscilações em populações de peixes e tradução de protocolos de coleta de dados sobre biodiversidade para línguas indígenas ou línguas acessíveis às comunidades locais^{41, 42}.

31.A visão do projeto é que, por meio do diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento indígena/tradicional/local, ocorrerá a coprodução de dados e informações, coletados, sistematizados e disponibilizados por meio do SiBBR ou outros mecanismos/plataformas relevantes, observando os princípios FAIR e CARE, respeitando as decisões dos PIPCTAFs sobre acessibilidade. O principal objetivo do

³⁹ <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102046>

⁴⁰ Exemplos de iniciativas em andamento são as ligações de pesquisa entre biodiversidade e nutrição em relação aos fungos comestíveis do povo Yanomami, incluindo: (i) mapear, registrar e ensinar línguas indígenas aos jovens e garantir a perpetuação da memória cultural; (ii) registrar e planejar práticas de pesca para controlar a escassez diante da seca dos rios devido aos impactos das mudanças climáticas; (iii) estudos sobre os efeitos das mudanças climáticas e ambientais que afetam a produção de alimentos; e (iv) treinamento participativo de membros de comunidades indígenas e ribeirinhas para coletar dados cientificamente aceitos para contra-argumentar os impactos de grandes intervenções de infraestrutura, como a redução da água do canal do rio durante a fase de reprodução dos peixes gerados pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu.

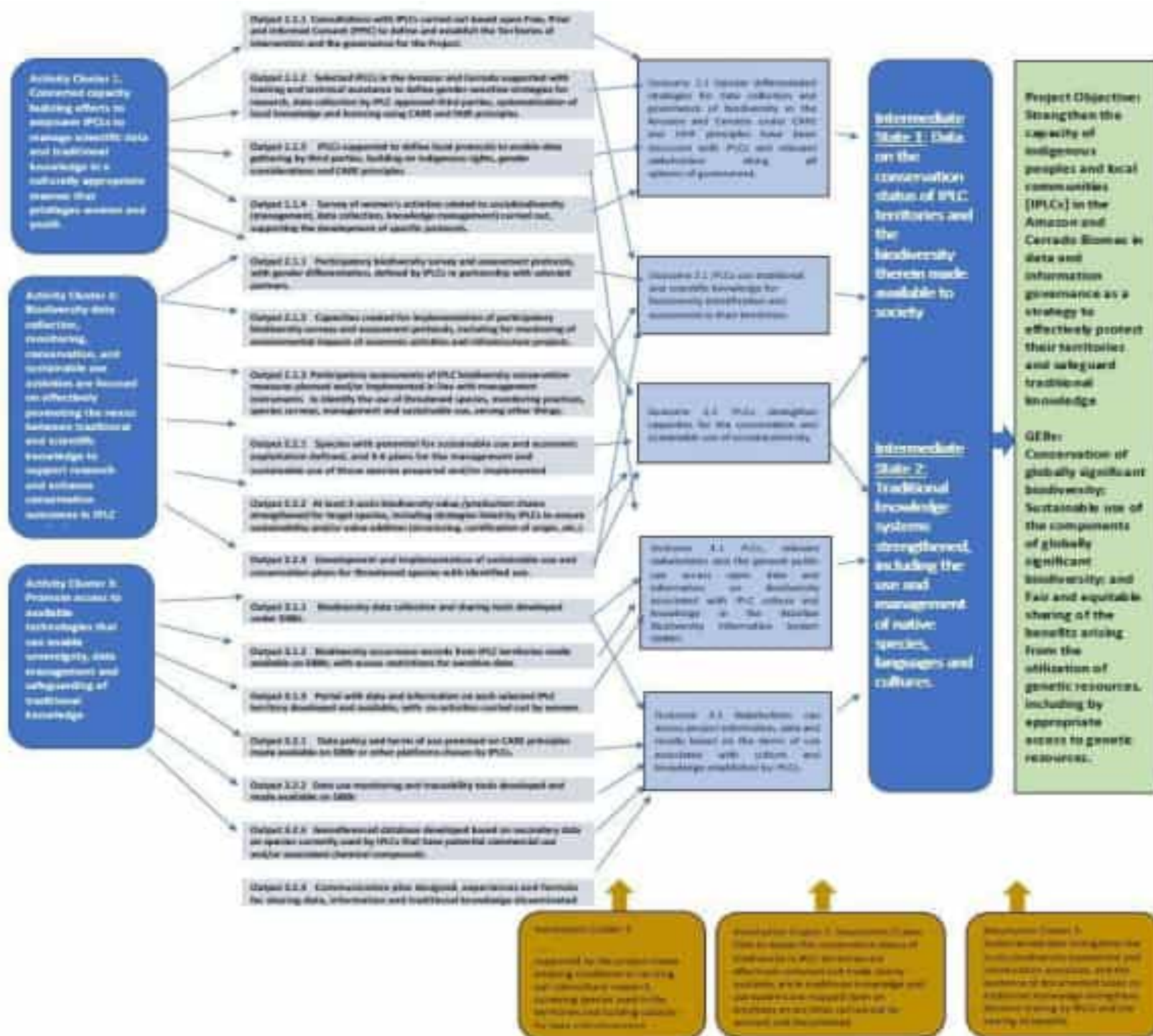
⁴¹ Por exemplo, há 15 anos de pesquisa colaborativa no Alto Rio Negro liderada pela Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN), em parceria com a organização da sociedade civil Instituto Socioambiental (ISA) e mais recentemente com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Esses esforços contribuíram para o desenho de metodologias para Planos de Gestão Territorial e Ambiental locais em territórios indígenas. Desde 2013, no Médio Rio Xingu, o ISA e o Ministério Público Federal no Estado do Pará (MPF-PA), com base nessas metodologias, iniciaram esforços independentes de monitoramento da biodiversidade, em outros Territórios Indígenas no Pará, com colaboração da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Universidade de São Paulo (USP).

⁴² Outro exemplo é a iniciativa no Bioma Cerrado de apoiar o uso pelas comunidades locais do APP “Tô no Mapa”. Esse aplicativo permite que as comunidades delimitem seus territórios e insiram informações sobre locais de uso da terra e focos de conflito, gerando um relatório que pode ser uma ferramenta na luta pela garantia de direitos sociais e territoriais. Para essa pesquisa participativa, foi realizado um amplo levantamento de registros dessas comunidades, fornecendo um primeiro panorama do universo de comunidades tradicionais do Cerrado. Esse trabalho representa um esforço inédito, pois para a primeira fase do projeto foi analisada a presença de comunidades rurais e tradicionais em mais de 583 municípios do Cerrado, metade da extensão territorial ocupada pelo Bioma.

Projeto é coproduzir conhecimentos e informações que serão úteis para fins de conservação, ao mesmo tempo em que apoia PIPCTAFs a gerenciar melhor seus territórios, meios de subsistência e sua gestão da biodiversidade globalmente significativa. A próxima seção fornece mais detalhes sobre o design do Projeto, incluindo seu alinhamento com as prioridades do país e a descrição das partes interessadas que serão mobilizadas para concretizar essa visão.

B. DESCRIÇÃO DO PROJETO

32.A lógica de intervenção e a teoria da mudança do projeto são guiadas pelos "motores", "suposições" e "caminhos lógicos" necessários para atingir seu objetivo final: *fortalecer a capacidade dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PIPCTAFs) nos biomas Amazônia e Cerrado para produzir e gerenciar dados e informações da sociobiodiversidade como uma estratégia para proteger efetivamente seus territórios, salvaguardar o conhecimento tradicional e promover a gestão integrada da biodiversidade* e, conseqüentemente, entregar os *Benefícios Ambientais Globais (GEBs)* previstos. Os principais motores são aquelas atividades e processos que o Projeto pode potencialmente e diretamente patrocinar (entradas), em apoio aos Produtos e Resultados do projeto, enquanto as suposições são aquelas condições e circunstâncias que são necessárias para atingir os resultados desejados do projeto, mas estão fora do controle do Projeto. Os caminhos lógicos ou de impacto são o conjunto de etapas, consistindo em atividades, processos e suposições que coletivamente entregarão o objetivo desejado do projeto (consulte o diagrama TOC na próxima página).



33. As intervenções/atividades propostas pelo Projeto (drivers) se baseiam nas condições de base atuais, em resposta às barreiras identificadas descritas no parágrafo 22 acima. As intervenções propostas buscam ainda impulsionar essas etapas e processos adicionais necessários para atingir resultados incrementais. A lógica de intervenção do Projeto também capitaliza o ambiente propício fornecido pelas disposições da Constituição Brasileira sobre os direitos dos povos indígenas, a estrutura legal brasileira que reconhece comunidades locais (tradicionais)⁴³ e os compromissos do Governo do Brasil com relação aos ‘acordos ambientais multilaterais’ (MEAs, por sua sigla em inglês), mais notavelmente a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção 169 da OIT sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Tribais e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

34. Os principais impulsionadores incluem:

- Articulação e formação em aspectos relacionados à ciência de dados, Princípios CARE e FARE visando maior autonomia e governança de dados e conhecimento por parte de PIPCTAFs;
- Promover o conhecimento e a cultura dos PIPCTAFs na sociedade, visando maior reconhecimento da importância das práticas dos PIPCTAFs para a conservação da biodiversidade;
- Fortalecer a pesquisa participativa e intercultural sobre biodiversidade que reforce o potencial de inovação social resultante dos diálogos entre o conhecimento científico e o conhecimento indígena/tradicional/local.

35. As principais premissas do projeto são:

- Resultados: As atividades apoiadas pelo Projeto criam condições favoráveis para realizar pesquisas interculturais, pesquisando espécies usadas nos territórios e desenvolvendo capacidade para governança de dados e informações.
- Resultados para Estados Intermediários: Grupo de Suposições 2: Os dados para avaliar o estado de conservação da biodiversidade nos territórios dos PIPCTAFs são efetivamente coletados e disponibilizados abertamente, enquanto os sistemas de conhecimento e uso tradicionais são mapeados (com ênfase nas atividades realizadas por mulheres) e documentados; e
- Estados intermediários de impacto/GEBs: Dados sistematizados fortalecem os processos de avaliação e conservação da biodiversidade *in situ*, e a existência de bases documentadas sobre conhecimento tradicional fortalece a tomada de decisões por PIPCTAFs e o compartilhamento de benefícios.

36. Os caminhos lógicos do projeto estão resumidos abaixo:

- Caminho 1: Este caminho lógico define uma rota para chegar a uma “estrutura para ação” acordada sob a qual os dados e informações sobre biodiversidade podem ser gerenciados de forma proposital e estratégica. Ele propõe o entendimento mutuamente acordado e estratégias co-construídas para coleta e compartilhamento de dados sobre biodiversidade forem estabelecidos com PIPCTAFs em territórios alvo por meio da observância de abordagens baseadas em governança, protocolos de consulta e regras para uso de dados e processos de tomada de decisão multinível e inclusivos, permitindo que pontes efetivas entre o conhecimento tradicional e científico sejam construídas, levando a inovações em gerenciamento de dados, pesquisa e gerenciamento de conhecimento;
- Caminho 2: Este caminho defende uma avaliação da biodiversidade nos territórios dos PI e das CL realizada com sucesso (incluindo o reconhecimento dos sistemas de conhecimento tradicional, o uso

⁴³ Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) e Decreto 8.750 de 9 de maio de 2016 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm).

tradicional das espécies e a adoção de abordagens científicas), a promoção de meios de subsistência baseados na biodiversidade e a conservação *in situ* e a gestão sustentável dos territórios dos PI e das CL, e a melhoria do uso de tecnologias sociais; e

- Caminho 3: Este caminho propõe que, desde que o conhecimento, os dados e as informações coletados pelo Projeto sejam devidamente sistematizados, com páginas da web dedicadas aos conhecimentos tradicionais - com o estabelecimento, quando necessário, de graus de restrição de informação/acesso às páginas - incluindo a descrição de metadados e sistemas de rastreabilidade, uma contribuição significativa será feita na promoção da compreensão de como o conhecimento tradicional pode ser protegido e, ao mesmo tempo, apoiando a repartição adequada de benefícios sobre o uso do conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos.

37.A principal estratégia do Projeto está ancorada no reconhecimento de sistemas de conhecimento (indígenas/tradicionais/locais), no uso estratégico e na gestão de dados de biodiversidade e na promoção efetiva do nexos entre conhecimento tradicional e científico para a conservação da biodiversidade e outros GEBs em territórios de PIPCTAFs. Os seguintes aspectos apoiam a adoção desta estratégia:

- Lacunas de coleta de dados e informações: os territórios de PIPCTAFs, apesar de sua vastidão e importância social, cultural e ambiental nos biomas Amazônia e Cerrado, ainda têm dados e informações documentados muito limitados sobre biodiversidade. Os registros existentes são amplamente baseados em imagens de satélite. A maioria dos dados e informações são compilados como registros isolados, sem composição de um banco de dados robusto (nacional ou global), onde entre as principais características está incluído o registro da localização da ocorrência da espécie. Lacunas de informações sobre essa característica, por exemplo, limitam a elaboração de planos de manejo de espécies, seja para conservação ou uso sustentável, ou para identificar áreas de alta significância para a biodiversidade (por exemplo, *Áreas-chave para a biodiversidade* (KBAs, por sua sigla em inglês) e *áreas de alto valor de conservação* (HCVF, por sua sigla em inglês). Apesar da existência de iniciativas de manejo sustentável em territórios de PIPCTAFs, também conduzidas pelos próprios PIPCTAFs, a crescente pressão sobre as mudanças no uso da terra e a dinâmica do uso dos recursos naturais, em ambos os biomas, estão afetando a dinâmica populacional de muitas espécies nativas. O isolamento e a redução do tamanho de manchas de vegetação nativa, os efeitos das mudanças climáticas e a crescente incidência de incêndios, para mencionar alguns problemas, aumentam as ameaças em áreas dentro e ao redor dos territórios de PIPCTAFs. Essas condições têm impactos negativos nas populações de muitas espécies. Como tal, as avaliações e o monitoramento da biodiversidade precisam ser estratégicos para permitir que PIPCTAFs continuem usando, no futuro, espécies consideradas relevantes e, para tal, desenvolvam e implementem planos de gestão e/ou conservação baseados em dados.
- Nexo de conhecimento: Combinar o conhecimento tradicional com o conhecimento científico é uma inovação, tanto para obter dados e avaliar parâmetros populacionais, quanto para estabelecer estratégias de uso sustentável, manejo e conservação de espécies;
- Uso da tecnologia: A publicação de práticas e conhecimentos de PIPCTAFs, usando Tecnologia da Informação e outras ferramentas de Gestão do Conhecimento, pode permitir que as informações sejam disponibilizadas com restrições e controle do proprietário (ou seja, termos de uso) e pode ajudar a preservar e valorizar esse conhecimento em toda a sociedade; e
- Salvaguardando o conhecimento tradicional associado à biodiversidade: Apesar de um arcabouço legal oficial em vigor sobre patrimônio genético e repartição de benefícios (Lei 13.123 de 20^{de} maio de 2015)⁴⁴, vários casos legais recentes sobre disputas de direitos de propriedade intelectual falharam em reconhecer o conhecimento tradicional subjacente. Por outro lado, negócios relacionados à bioeconomia que, em geral, demonstraram interesse em adotar processos equitativos de repartição de benefícios

⁴⁴Op. cit.

corretamente, encontraram dificuldades para obter informações sobre a distribuição e/ou centro de origem de uma espécie, comprometendo a possibilidade de mecanismos de compensação. Construir um banco de dados sobre o CET existente dentro dos territórios de PIPCTAFs, sobre a origem e ocorrência de espécies para alimentação, medicina, cosméticos, entre outros usos, e também sobre compostos químicos associados, garantiria a rastreabilidade e o controle de acesso com termos de uso definidos, contribuindo para o desenho e implementação de uma estratégia inovadora; uma que salvasse o conhecimento tradicional enquanto segue os princípios CARE e FAIR.

38. Como atualmente não existe uma base de dados sobre CT/recursos genéticos para espécies brasileiras, mas sim diversas publicações dispersas, que não são facilmente acessíveis, há uma lacuna de informações para a realização de uma consulta referencial sobre o uso de uma determinada espécie. Um estudo recente (Instituto Escolhas⁴⁵) que mapeou a série histórica de acesso e distribuição de benefícios relacionados a recursos genéticos no Brasil revelou que 85% dos registros de acesso a conhecimento tradicional por meio da plataforma SisGen foram classificados como "origem não identificada" (Instituto Escolhas, 2023). Portanto, não há um mecanismo para endossar ou contestar as informações fornecidas pelos usuários do SISGEN (pesquisadores de bioprospecção). A proposta deste Projeto é compilar informações existentes de diversas publicações e informações fornecidas pelos PIPCTAFs parceiros, melhorando a qualidade do processo de registro de dados no SISGEN. Além disso, a base de dados compilada pelo Projeto contará com a capacidade de uma funcionalidade já existente na Plataforma SiBBR que é a informação sobre a distribuição geográfica das espécies. No entanto, a iniciativa piloto lançada com o Projeto será uma ferramenta de progresso de trabalho e a adição contínua de informações, após a finalização do Projeto, contribuirá para o fortalecimento deste mecanismo de referência. De qualquer forma, um dos objetivos das atividades de treinamento planejadas é informar os PIPCTAFs sobre o potencial e as limitações de qualquer banco de dados existente. Outro ponto importante a ser esclarecido com os PIPCTAFs é que os bancos de dados e seu processo de alimentação são um processo de progresso de trabalho contínuo e, portanto, o banco de dados será, ao longo do tempo, uma referência cada vez mais completa.

39. O **Objetivo do Projeto** é fortalecer a capacidade dos PIPCTAFs nos biomas Amazônia e Cerrado de produzir e gerenciar dados e informações sobre a sociobiodiversidade como uma estratégia para proteger efetivamente seus territórios, salvaguardar o conhecimento tradicional e promover a gestão integrada da biodiversidade. Para atingir esse objetivo, o Projeto está estruturado em três Componentes, com resultados interconectados que apoiam mutuamente os resultados pretendidos. Espera-se que no Componente 1, as prioridades relacionadas à biodiversidade em cada território alvo sejam discutidas e avaliadas, considerando protocolos e instrumentos de consulta local, definindo espécies prioritárias para o desenvolvimento de planos de manejo de uso sustentável, protocolos de coleta de dados e estabelecimento de graus de acessibilidade aos dados. Os resultados provenientes dos esforços de coleta de dados apoiados pelo Componente 2 (seguindo os protocolos definidos no Componente 1) serão disponibilizados, de forma integrada, para análise por meio da padronização dos dados e registro em um banco de dados (Componente 3). As informações coletadas retornarão aos territórios dos PIPCTAFs, permitindo que as populações das espécies sejam mapeadas e monitoradas ao longo do tempo, fornecendo a base para avaliações de status. A tecnologia que permite a visualização de registros de espécies em mapas permite que PIPCTAFs monitorem essas espécies de forma mais eficaz dentro de seus territórios. A combinação e o cruzamento de diferentes dados e fontes de informação permitirão uma tomada de decisão mais informada sobre o manejo de espécies⁴⁶. Aspectos legais sobre a repartição de benefícios (Lei Federal nº 13.123/2015) exigem *a priori* um

⁴⁵ INSTITUTO ESCOLHAS. 2023. Monitoramento do uso dos conhecimentos tradicionais: como o Brasil pode avançar nessa agenda? (<https://escolhas.org/wp-content/uploads/2023/10/Sumario-CTA.pdf>).

⁴⁶ Por exemplo, ao identificar que as populações estão diminuindo, alternativas para reverter esse quadro, como o plantio de mudas, a contenção das fontes de ameaças e a adoção de medidas de mitigação/adaptação, podem ser consideradas. Para um diagnóstico das espécies que ocorrem em um território, deve-se planejar a coleta de dados, com a definição das informações (atributos) que precisam ser coletadas, como data, local e identificação taxonômica. Quaisquer outras informações acordadas com os PIPCTAFs (por exemplo, práticas de manejo e uso das espécies associadas ao conhecimento tradicional) também serão incluídas.

entendimento completo por PIPCTAFs das implicações de suas escolhas. Para tanto, está previsto no Componente 1 o treinamento sobre a interpretação da legislação aplicável, o efeito da publicidade do CTA e as vantagens ou desvantagens da confidencialidade dos dados, com uma perspectiva de definição de protocolos que reflitam as possibilidades legais e tecnológicas existentes correlacionadas com as escolhas feitas pelos PIPCTAFs. A construção de um banco de dados sobre o uso de espécies considerará os protocolos definidos no Componente 1, particularmente sobre o acesso aos dados e o conhecimento tradicional associado.

Componente 1: Entendimento mutuamente acordado e estratégias co-construídas para coleta e compartilhamento de dados de sociobiodiversidade.

40. O Componente 1 irá: (i) definir os termos de consulta e engajamento entre as partes do projeto (PIPCTAFs e organizações de PIPCTAFs), pesquisadores, instituições científicas, a Agência Executora (IEB-EA) e a Unidade de Coordenação do Projeto (MCTI-PCU) e outras organizações parceiras; (ii) estabelecer coletivamente condições para pesquisa e coleta de dados pelas partes; (iii) definir a abordagem preferida para gerenciamento de dados e informações; (iv) identificar as estruturas de governança local existentes nas quais o Projeto se baseará; e (v) promover a obtenção de consenso sobre as estratégias de implementação do projeto. O Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) de PIPCTAFs, a observância de protocolos e contextos locais e a autodeterminação e a consideração de papéis de gênero e intergeracionais serão princípios centrais que sustentam as atividades propostas. Estratégias para reforçar os papéis e necessidades de mulheres, jovens, idosos e outros membros-chave da comunidade serão desenvolvidas e implementadas por meio de iniciativas de treinamento apoiadas pelo projeto, acesso à tecnologia e recebimento de benefícios da abordagem geral do Projeto.

41. No âmbito deste Componente, o Projeto apoiará três conjuntos de Atividades:

- **Governança e Gestão:** Essas atividades se concentrarão em garantir uma abordagem de baixo para cima, começando com PIPCTAFs e construindo consultas com a rede de atores envolvidos nos níveis nacional, regional e local, com relação às suas visões, objetivos, estratégias e ações que servem para orientar decisões na seleção e implementação das atividades do Projeto. Especificamente, a governança do Projeto, a ser considerada dentro do escopo deste Componente, orientará as políticas relacionadas à publicidade e confidencialidade dos resultados parciais e finais da pesquisa local pretendida, incluindo os mecanismos para registro das informações em um banco de dados (consulte o Componente 3 abaixo);
- **Formação:** As atividades relacionadas ao treinamento apoiarão o fortalecimento de capacidades entre PIPCTAFs para o uso de ferramentas e metodologias para registrar e gerenciar suas pesquisas locais, com foco principal na promoção de seu bem-estar e obtenção de benefícios. Um programa de formação baseado em bolsas de pesquisa e cursos autoguiados por meio de uma plataforma online também será fornecido para tópicos prioritários. A Plataforma Formar⁴⁷ é um ambiente de ensino remoto e e-learning para cursos e programas de treinamento implementados pelo IEB (a Agência Executora proposta) e voltados para povos indígenas e comunidades tradicionais, mas também para tomadores de decisão e desenvolvedores de políticas públicas indígenas e ambientais. Ela traz ferramentas de interação que permitem o compartilhamento de conhecimento, habilidades, recursos e ensino sobre materiais técnicos. As iniciativas de treinamento serão alinhadas com os temas prioritários identificados pelos PIPCTAFs e suas atividades e práticas, com foco especial na participação de mulheres, jovens, idosos e outros membros-chave da comunidade; e
- **Plano de Gestão de Dados e Informações :** Alinhado com os Princípios CARE, o seguinte será definido no Componente 1: (i) estratégias de pesquisa e protocolos (acordos) relacionados à coleta, acesso e compartilhamento de dados; (ii) o formato dos registros, seja por meio de narrativas (por

⁴⁷ <https://iieb.org.br/plataforma-formar/>

exemplo, gravações de áudio, narrativas e vídeos, etc.), documentos científicos (ou seja, dissertações ou artigos publicados) ou outros materiais informativos existentes (mapas, imagens, calendários, tabelas, documentos textuais) e/ou outros formatos culturais relevantes ou registros de ocorrências; (iii) termos de acesso e uso da informação e conhecimento produzidos; (iv) procedência (ou seja, definição da origem da informação ou conhecimento gerado); e (v) definição de rótulos para conjuntos de dados para facilitar a compreensão das permissões de uso, protocolos e procedência dos dados.⁴⁸ Métodos científicos, muitas vezes específicos e parciais, quando aplicados em contexto local, podem ser mal interpretados e até rejeitados, ao contrário do conhecimento local, que é prático, multidimensional e holístico (Malmer et al. 2020).⁴⁹ A *Abordagem Baseada em Evidências Múltiplas* (MEB, por sua sigla em inglês)⁵⁰ será considerada como potencial para a identificação e organização de dados e sistemas de conhecimento local, com ênfase na mobilização do “conhecimento tradicional” dentro dos próprios sistemas de conhecimento.

Resultado 1.1: Estratégias diferenciadas por gênero para coleta de dados e governança da biodiversidade na Amazônia e no Cerrado sob os princípios CARE e FAIR foram discutidas e acordadas com PIPCTAFs e partes interessadas relevantes em todas as esferas do governo.

42. Um bom ponto de partida para a pesquisa em territórios de PIPCTAFs é a discussão participativa sobre estratégias de pesquisa, que geralmente definem abordagens metodológicas, visões culturais, demandas locais e que são dependentes das muitas dimensões do domínio da pesquisa (ecológica, cultural, econômica etc.). Com base nos critérios de pré-seleção do Projeto para potenciais territórios parceiros, inicialmente identificados no PIF e posteriormente desenvolvidos durante a Fase de Preparação do Projeto (consulte o Anexo 5 no Apêndice Suplementar 13 do PNUMA), foi dada preferência aos territórios que já têm algum progresso nas discussões locais em direção ao desenvolvimento de estratégias de gestão da biodiversidade. No entanto, o Projeto deve estar atento às metodologias adotadas escolhidas para essas iniciativas de pesquisa anteriores, uma vez que o objetivo é fortalecer os processos de coprodução de conhecimento com base na abordagem MEB.

43. A Gestão de Conhecimento adequada por PIPCTAFs depende, antes de tudo, das necessidades e exigências expressas pelos próprios PIPCTAFs. Posteriormente, é essencial concordar com as próximas etapas entre as partes interessadas (PIPCTAFs, instituições científicas e/ou acadêmicas, governo, a gerência do Projeto etc.). Esses termos de acordo entre as partes (incluindo critérios de pesquisa local e protocolos locais) devem fornecer: (i) condições previamente estabelecidas para pesquisa e coleta de dados durante o Projeto; (ii) uma abordagem apropriada para a gestão de dados e informações; (iii) o escopo dos dados relacionados à biodiversidade que serão coletados e registrados; (iv) estruturas de governança local para dar suporte ao Projeto; e (v) Termos de Consentimento.

44. Considerando todos os acordos e protocolos previamente definidos, a modelagem conceitual para o registro, publicação e disponibilização de acesso aos dados e informações dos PIPCTAFs a serem apoiados pelo Projeto deve refletir o ponto de vista dos territórios, das pessoas afetadas, do registro da sociobiodiversidade em questão e das atividades envolvidas. Outros aspectos importantes a serem considerados no desenvolvimento desses modelos são: (i) as possíveis inter-relações entre os agentes envolvidos no escopo do Projeto; (ii) as possibilidades de registro das fontes de conhecimento de acordo

⁴⁸ Exemplos de tipos de rótulos a serem escolhidos por PIPCTAFs incluem rótulos que: (i) identificam o grupo e/ou subgrupo considerado autoridades culturais do material e/ou reconhecem outros interesses que devem ser informados no material (rótulos de providência); (ii) descrevem os protocolos associados a questões de acesso e uso do material e convidam os usuários a respeitar tais acordos assinados (rótulos de protocolo); e geralmente indicam quais ações seriam permitidas por PIPCTAFs sem relação ao acesso e uso de materiais no banco de dados (rótulos de permissão). Tipos específicos de usos de materiais exigem contato direto com autoridades culturais definidas por povos e comunidades.

⁴⁹ Malmer, P. et al. Conservation Research, Policy and Practice. Parte I - Identificando prioridades e reunindo evidências. Capítulo Seis - Mobilização de conhecimento indígena e local como fonte de evidências utilizáveis para parcerias de conservação (<https://doi.org/10.1017/9781108638210.006>).

⁵⁰ A abordagem MEB é um processo inclusivo para colaborações entre sistemas de conhecimento, com base na equidade e utilidade para todos os atores envolvidos. Ela enfatiza que os sistemas de conhecimento indígena, local e científico são complementares, igualmente válidos e úteis para informar a governança sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

com protocolos previamente estabelecidos, alinhados aos Princípios CARE; e (iii) disponibilização de um programa de formação para os PIPCTAFs e demais atores envolvidos no Projeto. As definições estabelecidas no Resultado 1.1 fornecerão a base para a implementação do Componente 2, em relação à identificação e ao registro de informações sobre a sociobiodiversidade dentro dos territórios, e a implementação do Componente 3.

45. Este Resultado estabelecerá as bases dos princípios de participação e soberania de dados. Os PIPCTAFs fortalecerão sua capacidade de conduzir pesquisas, incluindo coleta de dados e gerenciamento das informações, para obter uma melhor compreensão das implicações dos direitos de propriedade intelectual e sua relação com o conhecimento tradicional e regras de compartilhamento de benefícios, licenças e regras sobre uso de dados, os princípios CARE e FAIR, monitoramento participativo, estabelecimento e uso de portais de dados, ferramentas de rastreabilidade etc. Em resumo, o fortalecimento dos sistemas TEK contribuirá para fortalecer o papel dos PIPCTAFs na condução do gerenciamento integrado da biodiversidade.

46. Este Resultado apoiará a definição de estratégias locais sensíveis a gênero e geração para coleta de dados por PIPCTAFs e/ou parceiros selecionados, por meio de abordagens participativas. A utilização do nome de espécies em línguas locais ou indígenas e/ou quaisquer outros aspectos culturais será incentivada. Este Resultado também apoiará a melhor definição das prioridades de PIPCTAFs para compartilhamento de conhecimento local, determinando sua dependência de quais espécies/dados são importantes para compartilhamento e para quais propósitos. Um foco será dado às atividades realizadas por mulheres, jovens, idosos e outros membros-chave da comunidade em cada território, e sua relação com o uso e monitoramento da biodiversidade. A infraestrutura tecnológica em Gestão do Conhecimento também será avaliada, como o possível uso de telefones celulares, computadores e disponibilidade de rede de internet, para determinar os desafios e demandas específicas de cada território envolvido e a melhor forma de abordá-los, considerando o escopo e os recursos do Projeto.

47. Protocolos e metadados relacionados ao uso de dados e gerenciamento de informações serão gerados, incluindo definições claras de como cada território quer ser retratado, o conhecimento local compartilhado e quais imagens e aspectos culturais serão eventualmente disponibilizados publicamente no Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade - SiBBR (ver Componente 3 abaixo), abertamente ou com restrições de uso. Consultas e negociações formais com PIPCTAFs para a seleção de territórios participantes serão iniciadas no início da fase de implementação do Projeto sob os Princípios do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) e Termos mutuamente acordados (MAT), além da consideração de quaisquer outros protocolos de consulta relevantes. Mecanismos e ferramentas de governança existentes serão mobilizados para facilitar a participação significativa e a propriedade das atividades do Projeto para obter suporte para a entrega dos resultados pretendidos e para desenvolver e conduzir a avaliação participativa dos impactos do projeto, promovendo a sustentabilidade das ações propostas. Envolver organizações de PIPCTAFs servirá para fortalecer o acesso de PIPCTAFs ao aprendizado, engajamento significativo e a sustentabilidade geral dos resultados ao longo do tempo.

Resultado 1.1.1. Consultas com PIPCTAFs realizadas com base no Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) para definir e estabelecer os territórios de intervenção e a governança para o Projeto. Este Resultado foi introduzido durante a Fase de Preparação do Projeto devido a uma demanda de PIPCTAFs de que a seleção de territórios seria conduzida com um cronograma de consulta participativa apropriado. Assim, durante o Ano 1 do Projeto (PY1), o processo de estruturação de sua governança continuará, além da identificação e adesão de potenciais territórios parceiros. A construção da governança do Projeto incluirá representantes governamentais, sociedade civil, organizações de PIPCTAFs e outros parceiros relevantes, bem como os dois Grupos de Trabalho Técnico (Ver Atividade 1.1.1.2 abaixo). Também se espera que mecanismos sejam colocados em prática para encorajar a participação de organizações de PIPCTAFs relacionadas aos territórios selecionados. Uma estrutura de governança flexível permitirá o monitoramento do projeto e o controle

social. O processo de consulta com territórios parceiros será conduzido em colaboração com organizações de PIPCTAFs de nível nacional, regional e local, principalmente por meio de diálogo apoiado por instrumentos de consulta (Protocolos de Consulta) e adotando regras de consulta baseadas no Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC), com relação à governança local. Metodologias participativas aplicadas com representantes de PIPCTAFs serão utilizadas para gerar adesão ao Projeto.

Atividade 1.1.1.1. Realizar consultas com PIPCTAFs seguindo as regras do CLPI para definir territórios prioritários e o mecanismo de governança.

Atividade 1.1.1.2. Realizar reuniões nos territórios para apresentação dos projetos (Estabelecimento pela comunidade de suas estratégias de pesquisa e objetivos para sua participação no projeto, garantindo acesso, registro e gestão dos dados dos territórios).

Atividade 1.1.1.3 Estruturação participativa dos Grupos de Trabalho Técnicos (GTT): (1) Grupo de Trabalho sobre Gestão de Dados e (2) Grupo de Trabalho sobre Sociobiodiversidade.

Resultado 1.1.2. PIPCTAFs selecionados na Amazônia e Cerrado apoiados com treinamento e assistência técnica para definir estratégias sensíveis a gênero para coleta de dados por terceiros aprovados por PIPCTAFs, sistematização do conhecimento local e licenciamento usando os princípios CARE e FAIR. Os protocolos para coleta de dados serão definidos localmente, por meio de um relacionamento próximo e colaborativo entre PIPCTAFs e pesquisadores científicos. Quando houver interesse dos PIPCTAFs para que a pesquisa seja realizada em conjunto, com pesquisadores externos, a forma e o período de acesso aos territórios serão definidos pelos PIPCTAFs. Acordos relacionados à publicação e acesso à informação também serão discutidos com relação ao estabelecimento de quando dados e informações devem ser restritos e o estabelecimento de métodos aplicáveis de monitoramento de acesso, entre outros aspectos da governança de dados. Para atingir este Resultado, o Projeto apoiará as seguintes atividades:

Atividade 1.1.2.1 Realizar reuniões para desenvolver o Programa FormarBio com o Comitê Pedagógico.

Atividade 1.1.2.2 Realizar um workshop para moldar o programa de treinamento e os Grupos de Trabalho

Atividade 1.1.2.3 Implementar quatro (04) módulos presenciais do FormarBio (Princípios CARE e FAIR, Gênero e Juventude, Salvaguardas Socioambientais e Protocolos de Pesquisa): (i) Tecnologia da Informação; (ii) Ciência da Informação; (iii) Contextos locais, biodiversidade e conhecimento tradicional; (iv) Aspectos legais e éticos relacionados ao projeto).

Atividade 1.1.2.4 Projetar e implementar um programa de bolsas de estudo para pesquisadores de PIPCTAFs sobre a biodiversidade em seus territórios (pelo menos 30 bolsas).

Resultado 1.1.3 PIPCTAFs apoiados para definir protocolos locais para permitir a coleta de dados por terceiros, desde que aprovados pelos povos e comunidades, com base em direitos indígenas, considerações de gênero e princípios CARE. Para atingir este Resultado, o Projeto apoiará as seguintes atividades:

Atividade 1.1.3.1. Estruturar a Equipe de Pesquisa Territorial de PIPCTAFs dentro dos Fundos de organizações de povos e comunidades.

Atividade 1.1.3.2. Elabore um Plano de Gerenciamento de Dados local, incluindo protocolos para gerenciamento de dados e, quando apropriado, estabeleça rótulos de conhecimento tradicional (Princípios CARE), incluindo política de dados.

Resultado 1.1.4. Levantamento das atividades das mulheres relacionadas à sociobiodiversidade (gestão, coleta de dados, Gestão do Conhecimento) realizado, apoiando o desenvolvimento de protocolos específicos. A participação e o papel das mulheres no Projeto serão discutidos, com ênfase nas atividades relacionadas à sociobiodiversidade. Protocolos específicos para informações relacionadas às atividades geracionais e de gênero serão discutidos, além da avaliação dos formatos de portais de dados e informações para os territórios. Para atingir este Resultado, o Projeto apoiará as seguintes atividades:

Atividade 1.1.4.1. Desenvolver protocolos específicos alinhados com questões de gênero e intergeracionais, princípios CARE.

Atividade 1.1.4.2. Protocolos para coleta de dados relacionados ao conhecimento oral, narrativas, imagens, vídeos e áudios.

Componente 2: Identificação, gestão integrada e uso sustentável da biodiversidade (dentro dos territórios dos PIPCTAFs).

48. Após o Componente 1, que estabelece as prioridades de cada território, princípios sociais e culturais e parâmetros técnicos para ação, o Componente 2 foca na avaliação, estado de conservação e desenvolvimento de estratégias para uso/manejo sustentável e monitoramento da biodiversidade por PIPCTAFs, focando em espécies que beneficiam os meios de subsistência de PIPCTAFs parceiros. Instrumentos como Planos de Gestão Ambiental e Territorial (ou seja, PGTA's), Planos de Vida, Planos de Gestão e Etnomapas serão considerados como documentação orientadora para o desenvolvimento das estratégias do Projeto, incluindo planejamento e implementação de estratégias de pesquisa. A coleta atualizada de dados de sociobiodiversidade também informará esses Planos, onde e quando necessário.

49. Considerando o número de espécies utilizadas pelos PIPCTAFs para alimentação, medicina ou outros usos e/ou por seu valor econômico, juntamente com aquelas espécies que estão ameaçadas e/ou submetidas à crescente pressão econômica nos territórios, uma lista de referência de espécies vegetais foi compilada e apresentada no Anexo 2 do Apêndice Suplementar 13 do PNUMA. Essas listas foram obtidas a partir da comparação das informações da lista oficial de espécies ameaçadas no Brasil (MMA - Portaria nº 148, de junho de 2022)⁵¹, com a lista de espécies com relevância para a sociobiodiversidade (Portaria Interministerial Ministério da Agricultura (MAPA) e MMA nº 10, de julho de 2021)⁵², e com a lista de espécies publicada no livro “Espécies Nativas da Flora Brasileira de Atual Valor Econômico ou Potencial: Plantas para o Futuro - Região Norte. Brasília, DF: MMA, 2022”.⁵³ Além disso, uma comparação final foi conduzida com os registros do SiBBr para a ocorrência dessas espécies nas macrorregiões propostas pelo Projeto nos biomas Amazônia e Cerrado. Esta lista final, que compreende espécies para alimentação, medicina e outros usos, combinada com a lista de espécies ameaçadas, será usada como referência para a preparação de avaliações e proposição de planos de manejo para a conservação e uso sustentável dessas espécies. PIPCTAFs, instituições científicas e acadêmicas, agências governamentais relevantes, organizações da sociedade civil e empreendedores do setor privado socialmente preocupados serão mobilizados para a identificação participativa, desenvolvimento, implementação e disseminação de iniciativas benéficas de bioeconomia. A liderança de pesquisadores e membros da comunidade de PIPCTAFs, com espaços proeminentes para a participação de mulheres, jovens, idosos e outros membros-chave da comunidade, será promovida como um canal para o sucesso das atividades propostas.

50. Os passos iniciais na construção de uma estratégia para abordagem dos territórios dos PIPCTAFs para avaliar seu interesse em participar do Projeto foram definidos durante o PIF em uma consulta liderada pelo MCTI com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA). Naquela ocasião, uma lista de critérios foi organizada, levando à identificação de 7 macrorregiões, dentro dos biomas Amazônia e Cerrado, que incluíam potenciais territórios com características socioambientais em consonância com o Projeto. Mais adiante, durante o PPG, os critérios de pré-seleção foram revisitados e refinados com contribuições de representantes dos PIPCTAFs. Foi decidido então que a melhor abordagem seria que durante o primeiro ano da fase de implementação do Projeto (PY1), por meio de um processo de consulta adequado, observando as regras do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) e em conformidade com as políticas do GEF/PNUMA, cada um dos territórios pré-identificados seria

⁵¹ <https://specieslist.sibbr.gov.br/speciesListItem/list/drt1656510072242>

⁵² <https://specieslist.sibbr.gov.br/speciesListItem/list/drt1634323883259>

⁵³ <https://specieslist.sibbr.gov.br/speciesListItem/list/drt1661896856710>

apropriadamente abordado e consultado para avaliar seu interesse em participar do Projeto. Para mais detalhes, consulte o Anexo 5 no Apêndice Suplementar 13 do PNUMA.

51. Para preparar uma estimativa dos custos a serem envolvidos no trabalho de campo no PY1 para esses processos de consulta do CLPI em territórios pré-selecionados, e os custos potenciais das intervenções de gestão listadas no Componente 2, organizações parceiras de PIPCTAFs e outras organizações da sociedade civil que trabalham com PIPCTAFs, que estão apoiando o Projeto, contribuirão com informações de campo para o cálculo do orçamento ilustrativo necessário para atingir o objetivo do Projeto.

Resultado 2.1: PIPCTAFs usam conhecimento tradicional e científico para identificação e avaliação da biodiversidade em seus territórios.

52. A mobilização e tradução do conhecimento indígena e local/tradicional sobre biodiversidade é projetada para aumentar a visibilidade e o perfil dos PIPCTAFs como detentores de informações que contribuem para o fortalecimento de suas identidades culturais. Além disso, informações adicionais fornecidas por meio do conhecimento local/tradicional podem fornecer uma contribuição fundamental para o gerenciamento e conservação da biodiversidade em seus respectivos territórios. Da perspectiva dos PIPCTAFs, é crucial que sua representação seja incluída na elaboração de políticas nacionais e globais de conservação da biodiversidade, abordando esses tópicos, incluindo suas contribuições. Sob este Resultado, protocolos de monitoramento participativo para coleta de dados sobre a fauna e flora que ocorrem dentro dos territórios dos PIPCTAFs serão definidos e implementados pelos próprios PIPCTAFs ou em parceria com parceiros aprovados ou terceiros, considerando papéis de gênero e geração na avaliação da biodiversidade. Capacidades para monitoramento da biodiversidade serão criadas para os PIPCTAFs interessados em aproveitar e usar dados de biodiversidade de seus territórios. Os instrumentos de gestão local existentes (Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA, Planos de Vida etc.) atualmente em implementação ou revisão, oferecem uma estrutura importante para trabalhar com PIPCTAFs, em linha com suas necessidades e prioridades, e serão essenciais para incorporar questões relacionadas à conservação da biodiversidade e uso sustentável. Para isso, uma avaliação será necessária primeiro para obter uma compreensão mais clara de como (e se) a conservação da biodiversidade é abordada nesses instrumentos e o que as práticas atuais envolvem (para monitoramento da biodiversidade, gestão, uso sustentável etc.). O diálogo intercultural será um canal para construir conhecimento tradicional e práticas de gestão da biodiversidade e introduzir métodos científicos e ferramentas de Gestão do Conhecimento (ou seja, aplicativos móveis de registro de dados) para coleta de dados de biodiversidade e monitoramento de campo. Um acordo estabelecido com PIPCTAFs sobre como e quando selecionar e aplicar diferentes métodos será estabelecido localmente em cada território de PIPCTAFs participante do Projeto.

53. Destacar e documentar o nexos entre o conhecimento tradicional de PIPCTAFs e o conhecimento científico promoverá um ambiente de pesquisa inovador interagindo com o uso de tecnologias, fortalecendo assim práticas para proteger e gerenciar a biodiversidade de forma sustentável. Suporte financeiro e técnico será oferecido para facilitar o trabalho de campo por meio de programas que tenham a curadoria dos dados coletados com foco no envolvimento de mulheres, jovens, idosos e outros membros-chave da comunidade. PIPCTAFs também serão treinados como publicadores para inserir suas informações em bancos de dados como o SiBBR.

Resultado 2.1.1 Protocolos de pesquisa e avaliação participativa da biodiversidade, com diferenciação de gênero, definidos por PIPCTAFs em parceria com parceiros selecionados. Após o diálogo intercultural ter sido realizado para validar e concordar com as estratégias de pesquisa, os PIPCTAFs e os parceiros aprovados projetarão metodologias e práticas apropriadas para pesquisa e monitoramento da biodiversidade, considerando o conhecimento local e métodos/protocolos científicos apropriados para cada contexto. No entanto, onde houver outras metodologias em apoio a pesquisas de biodiversidade e protocolos de monitoramento, estas também serão consideradas no Projeto. Estratégias e abordagens diferenciadas de

gênero e geração também serão consideradas nesta atividade. Para atingir este Resultado, o Projeto apoiará as seguintes atividades:

Atividade 2. 1.1.1 Realizar quatro (04) workshops para avaliar e definir os protocolos de coleta de dados a serem utilizados, reunindo experiências existentes nos biomas Amazônia e Cerrado (2 workshops no bioma Cerrado e 2 no bioma Amazônia, nos dois primeiros anos de implementação do projeto).

Atividade 2. 1.1.2 Implementar quatro (04) períodos intermodulares para pesquisa e geração de dados sobre biodiversidade nos territórios.

Resultado 2.1.2 Capacidades criadas para implementação de protocolos participativos de pesquisa e avaliação da biodiversidade, incluindo para monitoramento dos impactos ambientais de atividades econômicas e projetos de infraestrutura. A avaliação e o monitoramento da biodiversidade apoiarão atividades de gestão e o desenvolvimento de planos de gestão nos territórios, preenchendo lacunas para políticas públicas, avaliando impactos ambientais causados por projetos de infraestrutura e outras atividades econômicas de grande porte. Estratégias e métodos de pesquisa local que já estão sendo aplicados por PIPCTAFs serão descritos e analisados. Revisão de protocolos existentes, criação de novos e/ou melhoria de atividades serão implementados para criar ou fortalecer capacidades locais. A avaliação inicial proposta de experiências existentes também incluirá ações para melhorar boas práticas para gerenciamento de dados e informações produzidas. Para atingir este Resultado, o Projeto apoiará a seguinte atividade:

Atividade 2. 1.2.1 Realizar seis (06) workshops para desenvolvimento participativo de protocolos de monitoramento da biodiversidade e avaliação de impactos ambientais de atividades econômicas e projetos de infraestrutura para orientar planos de gestão para a conservação da biodiversidade.

Resultado 2.1.3 Avaliações participativas de medidas de conservação da biodiversidade de PIPCTAFs planejadas e/ou implementadas em consonância com instrumentos de gestão (Planos de Gestão Ambiental e Territorial-PGTAs, Planos de Vida, Planos de Gestão, Etnomapas, etc.), para identificar o uso de espécies ameaçadas, práticas de monitoramento, levantamentos de espécies, gestão e uso sustentável, etc. Com base na revisão dos instrumentos de gestão ambiental existentes e outras prioridades locais, os membros de cada comunidade priorizarão as ações necessárias para fortalecer a gestão da biodiversidade. Avaliações e pesquisas participativas para esclarecer as demandas locais serão coordenadas pelos PIPCTAFs. As propostas de atividades organizadas podem incluir pesquisas participativas, monitoramento de curto, médio e longo prazo, planos para o uso de espécies, entre outras atividades priorizadas localmente. O diálogo entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico convencional pode desempenhar um papel importante na definição de metodologias e no fortalecimento da gestão dos dados e informações produzidos. Para atingir este Resultado, o Projeto apoiará as seguintes atividades:

Atividade 2. 1.3.1 Apoiar, por meio do Fundo de Pequenos Projetos, a implementação de estratégias prioritárias para as Redes de Gestores de Recursos Naturais e pequenos projetos comunitários, para a criação e definição de protocolos de manejo de espécies da sociobiodiversidade, visando à gestão integrada e planos de uso sustentável para o desenvolvimento de cadeias de valor, e o uso de espécies ameaçadas e econômicas.

Atividade 2.1.3.2 Apoio a avaliações participativas para (i) aquisição de equipamentos (computadores, celulares e internet local via satélite e (ii) implementação de pequenas infraestruturas para as atividades.

Resultado 2.2: PIPCTAFs fortalecem capacidades para a conservação e uso sustentável da sociobiodiversidade.

54. Este Resultado abordará diretamente o uso sustentável e o manejo de espécies de interesse por PIPCTAFs identificados no Componente 1 e a implementação de planos de manejo em territórios alvo. Esses investimentos podem estar relacionados à agenda ABS ou à produção sustentável de cadeias de valor ou, mais amplamente, atividades relacionadas à bioeconomia. Com a definição das espécies alvo nos territórios,

e considerando a governança e as prioridades locais, o engajamento com o setor privado pode ser articulado para suporte e desenvolvimento de cadeias de valor, desenvolvimento e aplicação de tecnologias sociais e fortalecimento de iniciativas de restauração de florestas e ecossistemas.

55. Nos biomas Amazônia brasileira e Cerrado, há iniciativas que demonstraram a contribuição do fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade na melhoria dos meios de vida de comunidades indígenas e locais (tradicionais), criando governança ambiental e territorial e, consequentemente, promovendo a conservação da biodiversidade. Uma vez que uma espécie entra em um esquema de produção comunitária, mecanismos locais e legais de proteção territorial são ativados pelos PIPCTAFs⁵⁴. Esses processos socioprodutivos tendem a ser inseridos dentro de dinâmicas de gestão da paisagem, que em alguns casos são antigas, incorporando sistemas de conhecimento, práticas, inovações e tecnologias tradicionais/indígenas que usam, interagem, restauram e até (re)criam (agro)biodiversidade e geram impactos em todo o ecossistema. O apoio às cadeias de valor da produção da sociobiodiversidade sob este Resultado será baseado na experiência seminal do Brasil, de mais de uma década, sob o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (MMA et al. 2009)⁵⁵. Atualmente, acaba de ser lançada a Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto 12.044 de 5^{de} junho de 2024)⁵⁶. Essas diretrizes e as diretrizes da Lei 13.123/2015 (sobre patrimônio genético e conhecimento tradicional associado) devem contribuir para o desenho de casos selecionados nos territórios de PIPCTAFs onde benefícios claros de biodiversidade podem ser obtidos a partir do uso sustentável de espécies selecionadas. A linha de base para promover essas iniciativas nos territórios de PIPCTAFs deve levar em consideração o seguinte: (i) experiência local no processo de produção, (ii) algum nível de infraestrutura para dar suporte à produção e comercialização, (iii) algum nível de capacidade técnica local e organização social, (iv) interfaces existentes ou emergentes com pesquisa e (v) potencial para geração de renda e empregos locais.

Resultado 2.2.1. Espécies com potencial para uso sustentável e exploração econômica definidas, e 3-6 planos para o manejo e uso sustentável dessas espécies preparados e/ou implementados em territórios alvo. Com base na definição local de espécies de importante valor econômico e cultural para o território, uma avaliação do status do volume de extração e disponibilidade dentro do território deve ser conduzida, identificando desafios e oportunidades para estabelecer ou fortalecer o manejo dessas espécies. Tanto a avaliação inicial quanto os planos de manejo das espécies serão realizados principalmente pelos PIPCTAFs, que poderão contar com o suporte técnico e científico do Grupo de Trabalho Técnico da Sociobiodiversidade (GT-SB)⁵⁷ para orientar o desenvolvimento dos planos. Para atingir este Resultado, o Projeto apoiará a seguinte atividade:

Atividade 2.2.1.1 Realizar oficinas participativas e de troca de conhecimento para a elaboração de projetos de planos de gestão integrada para o uso sustentável da sociobiodiversidade.

Resultado 2.2.2 Pelo menos 3 cadeias de valor/produção da sociobiodiversidade fortalecidas para espécies-alvo, incluindo estratégias listadas pelos PIPCTAFs para garantir sustentabilidade e/ou agregação de valor (estruturação, certificação de origem etc.). Com base na definição local de espécies de valor econômico importante para os territórios, deve ser realizada uma avaliação rápida dos desafios e oportunidades para estruturação ou fortalecimento da cadeia de valor das espécies. Informações e estratégias para o desenvolvimento da cadeia produtiva devem ser coletadas, incluindo políticas estaduais e federais, e parcerias relevantes. As avaliações de estratégias para fortalecimento das cadeias serão realizadas principalmente por membros dos PIPCTAFs, que poderão contar com o apoio científico e tecnológico do GT

⁵⁴ Dois exemplos positivos dessa dinâmica socioambiental (práticas bioculturais) são a coleta de castanha-do-brasil (*Bethollletia excelsa*) em uma terra indígena no sul do Pará, e a coleta de coco babaçu (*Attalea speciosa*) em uma Reserva Extrativista, também no Pará.

⁵⁵ Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2009. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. (<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1024/1/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf>)

⁵⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12044.htm

⁵⁷ Consulte a Seção sobre Arranjos Institucionais, parágrafo 75 para mais detalhes.

Sociobiodiversidade para implementar esta atividade. Para atingir este Resultado, o Projeto apoiará as seguintes atividades:

Atividade 2.2.2.1 Apoio a encontros de troca de conhecimento sobre projetos da cadeia de valor da sociobiodiversidade.

Atividade 2.2.2.2 Apoiar a participação no desenvolvimento/implementação de projetos da cadeia de valor da sociobiodiversidade.

Resultado 2.2.3 Desenvolvimento e implementação de planos de uso sustentável e conservação para espécies ameaçadas com uso identificado. Para a identificação de condições locais que exigem ações de proteção e/ou recuperação de espécies ameaçadas utilizadas por PIPCTAFs, uma avaliação rápida do estado de conservação das espécies deve ser realizada. Esta avaliação será conduzida pelos PIPCTAFs de cada território com o apoio do GT Sociobiodiversidade. Com base nesta avaliação inicial, considerando o princípio da interculturalidade como base para o diálogo, e considerando o conhecimento científico convencional existente sobre as espécies, workshops podem ser promovidos para preparar planos de manejo para espécies ameaçadas de valor cultural, econômico, espiritual etc. Para atingir este Resultado, o Projeto apoiará a seguinte atividade:

Atividade 2.2.3.1 Prestar assistência e monitorar projetos comunitários para espécies ameaçadas de extinção com uso identificado.

Componente 3: Gestão do conhecimento por meio de tecnologias de informação.

56.O Componente 3 permitirá que os dados e informações mobilizados pelo Projeto sejam sistematizados e estruturados em formato digital (que também incluirá vídeos, mapas etc.) e, quando aplicável, materiais impressos para fins de disseminação. Os protocolos e consultas prévias realizados com os PIPCTAFs (Componente 1) determinarão o grau de acesso aos dados e informações gerados pelo projeto e como estes serão disponibilizados aos grupos de usuários por meio de portais de dados (por exemplo, plataforma SiBBr.

57.Os dados e informações obtidos por/com as comunidades/territórios serão colocados em um banco de dados “vivo” apoiando sua manutenção e curadoria ao longo do tempo (quando necessário) e alimentando um banco de dados de ocorrência de espécies separado, que permite a visualização espacial e o cruzamento de referências com territórios, como o SiBBr e/ou outros bancos de dados ou portais definidos por PIPCTAFs. Sejam de acesso aberto ou restrito (Produtos 3.1 e 3.2, respectivamente), os dados e informações sobre o conhecimento tradicional que constituem o patrimônio imaterial dos Povos Indígenas e Comunidades Locais (Tradicionais) no Brasil terão sua preservação garantida, de acordo com os Princípios CARE e a soberania local. Além disso, com a disseminação de dados, práticas e conhecimento local, de acordo com os protocolos acordados, espera-se que o Projeto contribua para o reconhecimento e consideração da cultura dos PIPCTAFs e seus sistemas de conhecimento. Esta atividade envolve a documentação da ocorrência de espécies que estão vinculadas ao conhecimento tradicional. Esses registros de localização serão catalogados com precisão e disponibilizados no banco de dados vivo, com visualizações espaciais correspondentes habilitadas e operacionalização de funcionalidades de referência cruzada. Este Componente se concentra em promover a eficácia da coleta de dados, curadoria e a capacidade de um banco de dados de dar suporte à visualização espacial e integração com outros bancos de dados. Ele também abrange a salvaguarda do conhecimento tradicional e dos dados da comunidade em linha com os Princípios CARE e a soberania local, garantindo tanto a preservação quanto a disseminação controlada do patrimônio imaterial.

58.No caso do registro de conhecimento tradicional associado à biodiversidade, será realizado por meio da construção de um banco de dados verificável, com base em informações sobre o uso das espécies, obtidas tanto localmente quanto na literatura ⁵⁸. Esse banco de dados permitirá que PIPCTAFs reivindiquem a titularidade de seus conhecimentos tradicionais e determinem, quando aplicável, restrições de acesso. Em

⁵⁸Esta será organizada em conformidade com a Lei 13.123/2015, as normas do Conselho Nacional do Patrimônio Genético (CGEN) e da Câmara Setorial de Guardiões da Biodiversidade do CGEN.

relação às características de acesso aos dados, será apoiado o desenvolvimento de ferramentas de confidencialidade, que possibilitem autenticação e autorização de uso. Para informações que não tenham restrição de acesso, serão apoiadas ferramentas que apoiem a rastreabilidade do uso, por exemplo, por meio da atribuição de Identificadores Digitais de Objetos (DOIs). Adicionalmente, será buscado o estabelecimento de interoperabilidade entre o SiBBR e o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen), para aprimorar os mecanismos existentes de pagamentos de repartição de benefícios do conhecimento tradicional de PIPCTAFs.

59. Os resultados obtidos nos Componentes 1 e 2 serão críticos para a implementação do Componente 3; este último se concentrará na sistematização de informações seguindo protocolos definidos pelos PIPCTAFs. Esta estratégia representa uma abordagem inovadora em relação à Gestão do Conhecimento tradicional. Os dados e informações estruturados neste Componente contribuirão para moldar programas de pesquisa intercultural sobre biodiversidade conduzidos por instituições acadêmicas e de pesquisa convencionais. Esta mudança de paradigma de pesquisa promoverá maior acesso ao conhecimento sobre biodiversidade, onde há lacunas de dados e informações. Isso será extremamente importante para apoiar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento de planos de gestão sustentáveis para o uso da biodiversidade. O Componente 3 também contribuirá para iniciativas em andamento e futuras para desenvolver Planos de Gestão Ambiental e Territorial em outros territórios de PIPCTAFs nos biomas Amazônia e Cerrado.

60. Por meio dos dois grupos de trabalho previstos no projeto, que também contarão com representantes de PIPCTAFs, construiremos abordagens e metodologias participativas de gestão do conhecimento, incluindo o monitoramento de processos de coprodução de conhecimento, e todas as etapas para o desenvolvimento das ferramentas serão documentadas.

Resultado 3.1: PIPCTAFs, partes interessadas relevantes e o público em geral podem acessar dados abertos e informações sobre biodiversidade associadas à cultura e ao conhecimento dos PIPCTAFs no Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade (SiBBR).

61. Com base nos protocolos acordados no Componente 1, para os dados e informações coletados no Componente 2 e classificados como “irrestritos” pelos PIPCTAFs, uma plataforma, como o SiBBR e/ou outros bancos de dados ou portais definidos pelos PIPCTAFs, será utilizada para permitir a curadoria e visualização de dados de ocorrência de espécies e para referência cruzada com polígonos territoriais, contribuindo para resolver lacunas de dados em informações de biodiversidade em Territórios de PIPCTAFs. Com base no interesse dos PIPCTAFs e seguindo as regras de consulta do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), será desenvolvida uma página da web dedicada a cada território, destacando aspectos e atividades, especialmente aqueles orientados para gênero. Nomes culturais das espécies (por exemplo, em diferentes línguas indígenas ou nomeados localmente), bem como aspectos de conhecimento tradicional de manejo e/ou de um relacionamento com espécies e ecossistemas, serão adicionados a esses bancos de dados/portais. Uma descrição das espécies usadas pelos PIPCTAFs e informações sobre cadeias de valor também serão disponibilizadas. Além disso, os PIPCTAFs se beneficiarão de treinamento sobre abordagens baseadas em direitos para governança de dados para garantir que estejam capacitados para navegar e usar bancos de dados e portais.

62. Um ponto chave é reconhecer e valorizar o conhecimento local, indígena e tradicional sobre espécies de valor cultural, social e econômico, bem como processos de diálogo com o conhecimento científico. Esses processos de coaprendizagem e coprodução de conhecimento, alinhados aos contextos locais de implementação de planos de gestão ambiental e territorial, têm potencial para fortalecer a gestão integrada. Outro ponto é que o projeto partirá da consulta e organização de dados de sociobiodiversidade já gerados e acumulados pelos projetos, respeitando a publicidade e confidencialidade dos dados, fontes de informação e conhecimento. Além disso, possibilitar uma avaliação mais ampla intercultural das espécies é um dos objetivos do projeto (comunicado no “Portal Espacial” no SiBBR). Essas análises poderiam ser realizadas com foco na paisagem (cruzando informações sobre a distribuição das espécies com o desmatamento, tipos de

habitat, áreas protegidas e territórios dos PIPCTAFs, fornecendo um contexto mais amplo de avaliação da paisagem e fortalecendo as decisões de gestão a partir de uma perspectiva informada.

Resultado 3.1.1. Ferramentas de coleta e compartilhamento de dados de biodiversidade desenvolvidas sob o SiBBr. De acordo com os protocolos apoiados pelo projeto, relacionados à identificação, avaliação e monitoramento da biodiversidade nos territórios, estabelecidos sob o Componente 1, pelo menos duas ferramentas serão desenvolvidas ou personalizadas para coletar dados sobre a ocorrência de espécies e informações sobre os territórios. A primeira ferramenta direcionada a PIPCTAFs dará suporte à documentação da ocorrência de espécies, informações sobre usos das espécies, práticas de manejo, cadeias de valor, etc. A segunda ferramenta será projetada para uso por pesquisadores de programas e/ou instituições parceiras (mas também sujeita às regras do CLPI). Essas aplicações permitirão a coleta de uma diversidade de parâmetros de dados, como imagens de plantas, animais ou fungos, datas, coordenadas geográficas, características do habitat.⁵⁹ Os dados coletados serão transformados, automaticamente, no padrão internacional *DarwinCore* (DwC)⁶⁰ e alimentarão o banco de dados do Projeto. Para atingir este Resultado, o Projeto dará suporte à seguinte atividade:

Atividade 3.1.1.1. Desenvolveu ou customizou uma aplicação para alimentar um banco de dados, incluindo um processo de curadoria para transformação de dados em DwC e imagens com processo de identificação taxonômica.

Produto 3.1.2. Registros de ocorrência de biodiversidade de territórios de PIPCTAFs disponibilizados no SiBBr⁶¹, com restrições de acesso para dados sensíveis. Para atingir este Produto, o Projeto apoiará as seguintes atividades:

Atividade 3.1.2.1. Recebendo dados e imagens e mantendo o repositório na nuvem

Atividade 3.1.2.2. Implementação de um Identificador de Objeto Digital (DOI) para os conjuntos de dados publicados no banco de dados.

Resultado 3.1.3. Portal com dados e informações sobre cada território selecionado de PIPCTAFs desenvolvido e disponível, com ênfase em atividades realizadas por mulheres. Com base nos protocolos e informações coletadas no escopo do Componente 1, as atividades femininas e intergeracionais, levando em consideração a demanda local sobre Gestão do Conhecimento, serão publicadas em uma página da web (portal) criada para cada território/comunidade. Atualizações subsequentes ocorrerão de acordo com o interesse/demandas das comunidades envolvidas. Para atingir este Resultado, o Projeto apoiará a seguinte atividade:

Atividade 3.1.3.1 Avaliação das informações/atividades coletadas no âmbito do Componente 1 e proposta de página para cada território, composta por uma primeira página (home page) e um mecanismo de busca que reúne diferentes fontes de informação, com validação pelos territórios.

Resultado 3.2 As partes interessadas podem acessar informações, dados e resultados do projeto com base nos termos de uso associados à cultura e ao conhecimento estabelecidos pelos PIPCTAFs.

63. Um banco de dados sobre o uso da biodiversidade será desenvolvido com base em informações coletadas nos territórios participantes do Projeto e em informações da literatura (para mais informações, consulte o

⁵⁹ Ferramentas existentes para referência: <https://www.inaturalist.org/projects/participe-rede-sibbr>; <https://www.kobotoolbox.org/> INTELIGENTE; OK; <https://www.ala.org.au/biocollect/>; <https://tonomapa.org.br/>

⁶⁰ O Darwin Core (DwC) é um padrão internacional projetado para facilitar o compartilhamento de informações sobre diversidade biológica. Ele é baseado em um vocabulário de termos (como aqueles relativos a espécies, locais e o tempo de observação) que permitem a descrição clara e o compartilhamento de dados relacionados a espécimes biológicos, dados observacionais e outros tipos de conjuntos de dados de biodiversidade.

⁶¹ O SiBBr é atualmente a única plataforma no Brasil que permite a integração de dados de ocorrência de espécies com polígonos territoriais, possibilitando conhecer a origem do conhecimento tradicional para uma determinada espécie com o CTA. Essa é uma premissa do projeto, espacializar a distribuição das espécies como territórios. Se sairmos de qualquer plataforma, não teremos como saber a origem geográfica de determinado conhecimento tradicional.

Anexo 6 do Apêndice Suplementar 13 do PNUMA sobre Política de Dados e Gerenciamento de Dados). Este banco de dados apresentará informações sobre as espécies utilizadas (nomes comuns e nomes científicos), tipo de uso (ou seja, alimentar, medicinal, ritual, cosmético etc.), forma de uso (ou seja, folhas, seiva, óleo, sementes, casca etc.), características ambientais do território/comunidade onde a espécie é utilizada, distribuição e ocorrência em um ou mais territórios de PIPCTAFs, entre outras variáveis. Outras informações que podem ser incluídas são sobre a associação dessas espécies com compostos químicos. O Projeto visa fornecer as informações necessárias para pesquisadores/ bioprospecção que estão acessando informações sobre a existência de conhecimento tradicional associado - para um determinado produto natural ou recurso genético visando à formulação de um produto - para fins comerciais, por meio dos serviços deste banco de dados, cumprirão as políticas relacionadas à repartição de benefícios. A proposta de interoperabilidade do banco de dados utilizado com o sistema SisGen abordará esta questão do uso de espécies e produtos naturais e da falta de vinculação com a origem do conhecimento tradicional ⁶².

64. Este banco de dados terá sua governança e termos de uso baseados em protocolos acordados, além de ferramentas associadas para autenticação, autorização e rastreamento de acesso e destino dos dados. Para o desenvolvimento deste recurso, serão avaliados mecanismos de autenticação descentralizados, como uma URL governamental (por exemplo, gov.br) ou uma CAFE (Comunidade Acadêmica Federada) ⁶³. Esses mecanismos podem entregar os resultados desejados sem o ônus de gerenciar contas de usuários. Caso esses mecanismos não sejam avaliados como adequados pelos PIPCTAFs, um mecanismo de autenticação centralizado será implementado, incluindo um sistema de gerenciamento de contas de usuários que pode ser implementado pela equipe da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Para a rastreabilidade do uso dos dados por terceiros, serão atribuídos Identificadores Digitais de Objetos (DOIs) aos conjuntos de dados, com informações relacionadas ao uso da espécie. Este banco de dados também terá, como mencionado anteriormente, acesso restrito garantido por ferramentas de autenticação e autorização associadas ⁶⁴.

65. Esta iniciativa promoverá uma nova dinâmica processual na qual pesquisadores/ bioprospecção de ativos da biodiversidade terão acesso autorizado a informações de alta qualidade, mas automaticamente vinculadas às informações sobre a origem de uma determinada espécie e se ela está associada ao conhecimento tradicional. Da mesma forma, PIPCTAFs terão a garantia de que os usuários deste banco de dados estarão vinculados às restrições impostas, de acordo com os termos de uso e protocolos, estabelecidos no Componente 1. No entanto, a sustentabilidade desta iniciativa será proporcionada pelo diálogo político já em andamento com o MMA para que o sistema SisGen se torne interoperável com este banco de dados desenvolvido pelo Projeto, de modo que, quando os pesquisadores registrarem uma pesquisa específica no sistema SisGen, e informar o nome da espécie estudada, o sistema fará uma busca no banco de dados de uso de espécies, informando a existência de conhecimento tradicional para a espécie de interesse.

66. Este Resultado promoverá a disseminação dos resultados alcançados por meio de ferramentas de comunicação dedicadas tanto aos pesquisadores/ bioprospecção quanto aos PIPCTAFs, além dos tomadores de decisão relacionados aos tópicos abrangidos pelo Projeto. A cooperação sul-sul e os intercâmbios técnicos serão promovidos por meio de fóruns como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), os Grupos de Trabalho na Plataforma Intergovernamental de Ciência e Política sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) e o Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework .

⁶² Por exemplo, DATAPLANT (<https://www.dataplant.org.br/v3-novaversao-block/#/>), NuBBE (<https://nubbe.ig.unesp.br/portal/nubbe-search.html>) e SisGen (Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado).

⁶³ A Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) é uma iniciativa significativa da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) no Brasil, que reúne instituições de ensino e pesquisa para agilizar o acesso a uma variedade de recursos tecnológicos. Por meio da CAFe, os membros podem utilizar uma única identidade digital para acessar serviços como um portal de periódicos científicos, aprimorando a mobilidade acadêmica e a colaboração. Este sistema federado não apenas simplifica o processo de acesso a conteúdo digital valioso, mas também garante a segurança e a conformidade com as regulamentações de privacidade, promovendo um ambiente robusto para o crescimento acadêmico e a inovação.

⁶⁴ Usando um sistema de login, cada usuário precisará preencher um formulário de registro, com informações como nome, e-mail e senha. Dessa forma, você pode monitorar o uso. Também é possível adicionar termos de uso específicos.

Produto 3.2.1. Política de dados e termos de uso baseados em princípios CARE disponibilizados no SiBBR ou outras plataformas escolhidas por PIPCTAFs. Para atingir este Produto, o Projeto apoiará as seguintes atividades:

Atividade 3.2.1.1. Elaboração de minuta de Política de Dados com base nos Protocolos definidos no Componente 1.

Atividade 3.2.1.2 Processo de validação do rascunho da Política de Dados com os PIPCTAFs e principais parceiros do Projeto, cruzando referências com a legislação atual.

Produto 3.2.2. Ferramentas de monitoramento e rastreabilidade do uso de dados desenvolvidas e disponibilizadas no SiBBR. Para atingir este Produto, o Projeto apoiará as seguintes atividades:

Atividade 3.2.2.1. Implementação de ferramentas de autenticação e autorização para uso no banco de dados.

Atividade 3.2.2.2 Personalizar a Interface de Programação de Aplicativos (API) para usar Conhecimento Tradicional (CT) e Rótulos Bioculturais (BC) acordados com os PIPCTAFs no banco de dados do Projeto.

Produto 3.2.3. Banco de dados georreferenciado desenvolvido com base em dados secundários sobre espécies atualmente utilizadas por PIPCTAFs que têm potencial uso comercial e/ou compostos químicos associados. Para atingir este Produto, o Projeto apoiará as seguintes atividades:

Atividade 3.2.3.1. Levantamento de informações de fontes secundárias (publicações em artigos, teses, dissertações e relatórios de PIPCTAFs) para construção do banco de dados Levantamento de informações de fontes secundárias (publicações em artigos, teses, dissertações e relatórios de PIPCTAFs e estudos (quando autorizados) para construção do banco de dados.

Atividade 3.2.3.2. Implementação do padrão internacional PlinianCore para publicar informações sobre espécies relacionadas a tipos de uso de forma padronizada. O padrão Plinian Core permite integrar informações sobre espécies, obtidas de diferentes fontes, por exemplo, tipos de uso, forma de manejo e grau de ameaça. <https://github.com/tdwg/PlinianCore>).

Atividade 3.2.3.3. Construção de um banco de dados sobre o tema "uso de espécies" com base em dados secundários, considerando a interoperabilidade dos dados.

Atividade 3.2.3.4. Articulação com o SisGEN para avaliar e definir uma forma de interoperabilidade entre o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético.

Resultado 3.2.4. Plano de comunicação projetado, e experiências e formatos para compartilhamento de dados, informações e conhecimento tradicional disseminados. Para atingir este Resultado, o Projeto apoiará as seguintes atividades:

Atividade 3.2.4.1. Desenhar e implementar uma estratégia e plano de comunicação sobre experiências e formatos de partilha de dados, informação e conhecimento disseminados.

Atividade 3.2.4.2. Produzir e sistematizar informações sobre o projeto em formatos impressos e audiovisuais (cartilhas, vídeos etc.) para distribuição nas comunidades-alvo.

Componente 4. Monitoramento e Avaliação.

67.O Projeto seguirá os processos e procedimentos padrão de monitoramento, relatórios e avaliação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Os requisitos de relatórios substantivos e financeiros do projeto estão resumidos no Apêndice 6 do Projeto do PNUMA. Os requisitos e modelos de relatórios são parte integrante do instrumento legal das Nações Unidas para o Meio Ambiente a ser assinado entre a Agência Executora e a ONU para o Meio Ambiente.

68. O plano de M&E do Projeto é consistente com a política de Monitoramento e Avaliação do GEF. O *Project Results Framework* apresentado no Anexo C deste documento e como o *Project Logframe* no Apêndice 3 do Projeto do PNUMA inclui indicadores SMART para cada Resultado esperado. Esses indicadores, juntamente com os principais resultados e benchmarks, incluídos no Apêndice 6, serão as principais ferramentas para avaliar o progresso da implementação do Projeto e se os resultados esperados do Projeto estão sendo alcançados. Os meios de verificação desses elementos são resumidos e podem ser encontrados no *Project Result Framework/Project Logframe*.

69. O Plano de M&E do Projeto é apresentado no Apêndice 6. Os custos mencionados nesta ferramenta estão totalmente integrados no orçamento do projeto apresentado neste documento Anexo G e no Apêndice 4 do Projeto do PNUMA. As despesas das atividades de M&E somam US\$ 185.781, representando 3% do Orçamento do Projeto.

Resultado 4.1 O desempenho do projeto é mantido no caminho certo para atingir os resultados esperados de forma econômica.

Produto 4.1.1 Supervisão técnica e financeira realizada pelo Comitê de Direção do Projeto. Para atingir este Resultado, o Projeto apoiará a seguinte atividade:

Atividade 4.1.1.1 Realizar reuniões com o Comitê Diretor do Projeto.

Produto 4.1.2 Monitoramento interno, relatórios e revisão de lições aprendidas usadas para informar a gerência do projeto. Para atingir este Produto, o Projeto apoiará as seguintes atividades:

Atividade 4.1.2.1 Workshop de Iniciação.

Atividade 4.1.2.2 Elaboração, aprovação e submissão tempestiva no sistema Anubis dos relatórios financeiros e de progresso do projeto (PIRs, HYPRs e QERs).

Produto 4.1.3 Avaliações externas usadas para melhorar o desempenho e a sustentabilidade do projeto. Para atingir este Produto, o Projeto apoiará as seguintes atividades:

Atividade 4.1.3.1 Realizar avaliações externas do projeto (MTR e TE).

Atividade 4.1.3.2 Auditorias anuais externas independentes.

Arranjo Institucional e Coordenação com Iniciativas e Projetos em Andamento

Gerenciamento de projetos

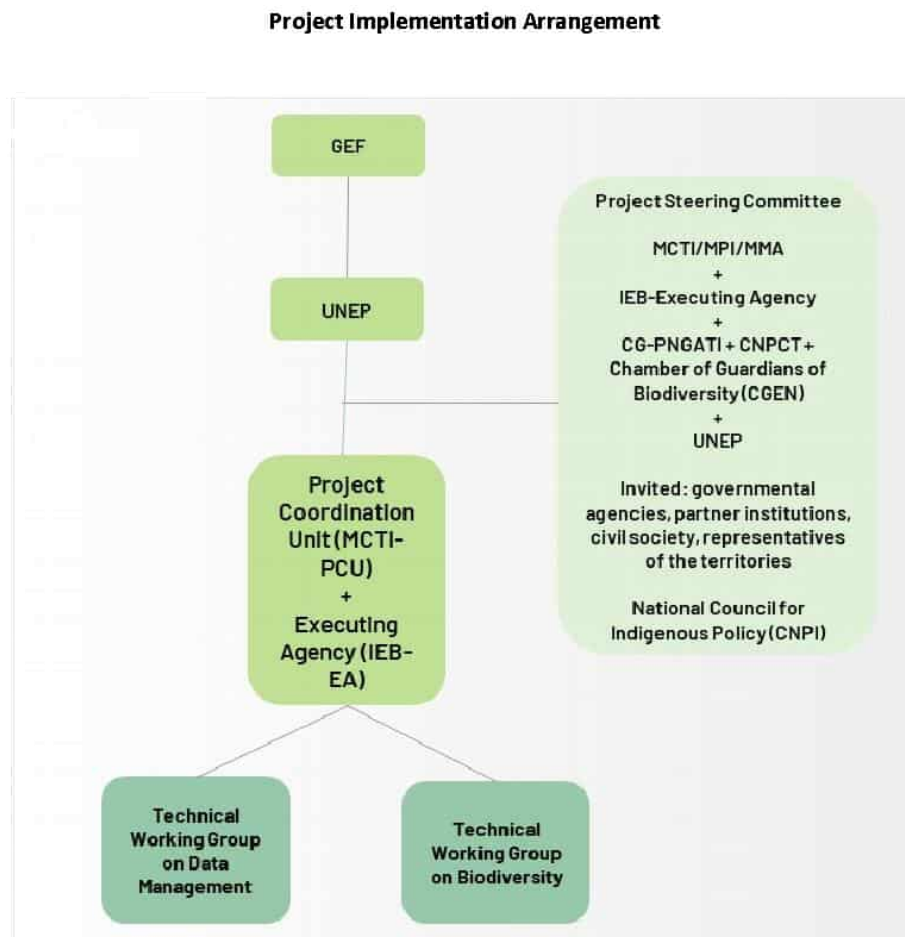
70. O Projeto será implementado ao longo de um período de cinco anos (2025 – 2029)⁶⁵, sob arranjos a serem especificados em um Acordo de Cooperação Técnica (TCA) entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). O IEB foi designado como a Agência Executora (IEB-EA) e o destinatário dos fundos de subsídio do GEF, por meio de um Acordo de Cooperação do Projeto (PCA) com a Agência Implementadora, Divisão de Ecossistemas/Unidade de Biodiversidade-Degradação da Terra do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

71. O MCTI, como agência governamental líder, trabalhará em estreita colaboração com outras duas instituições governamentais - o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA). Liderados pelo MCTI, esses três Ministérios compartilharão a responsabilidade geral pela implementação do projeto, incluindo parte dos compromissos de cofinanciamento. Além disso, o Projeto contará com a colaboração de outras instituições-chave vinculadas a esses três Ministérios – o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Instituto Nacional de Pesquisas

⁶⁵ Inicialmente, no PIF, foi especificado um período de implementação de quatro anos (48 meses). No entanto, durante a fase PPG e a identificação posterior das atividades do projeto e requisitos de implementação, tornou-se evidente que uma extensão de um ano era justificada para este Projeto de Tamanho Completo (FSP) do GEF.

da Amazônia (INPA), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). E com órgãos colegiados nacionais dos quais participam PIPCTAFs, como o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (CG-PNGATI), o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPTC) e a Câmara Setorial dos Guardiões da Biodiversidade (vinculada ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN). Todos esses atores, o IEB e o PNUMA constituem os membros permanentes do Comitê Gestor do Projeto. Comitê de Política Econômica (PSC), descrito em mais detalhes adiante.

72.A figura abaixo mostra os arranjos institucionais propostos.



73.As funções mais específicas das instituições envolvidas são:

74.MCTI: O MCTI é a agência governamental líder por meio de sua Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos/Departamento de Clima e Sustentabilidade/Coordenação Geral de Ecossistemas e Biodiversidade. O papel do MCTI, como Unidade de Coordenação do Projeto (MCTI-PCU), a ser estabelecida na sede do MCTI, em Brasília, será conduzido sob a supervisão de um Diretor Nacional do Projeto (ou seja, a ser nomeado oficial governamental) supervisionando a execução externa e o monitoramento do Projeto.

75.IEB: O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), uma organização da sociedade civil localizada em Brasília, atuará como Agência Executora (EA) do Projeto e será denominada IEB-EA. O IEB se reportará ao MCTI como o principal parceiro governamental e ao PNUMA, como a Agência Implementadora. O IEB e o

PNUMA assinarão um Acordo de Cooperação do Projeto (PCA) como o instrumento legal para estabelecer o papel da Agência Executora. O IEB assinará um Acordo de Cooperação Técnica com o MCTI para o estabelecimento das diretrizes e regras para a gestão administrativa, logística e financeira do Projeto.

76. O IEB foi selecionado como Agência Executora devido à expertise da organização e reconhecimento internacional no tema de PIPCTAFs. Nos últimos vinte e cinco anos, o IEB foi responsável por um portfólio diversificado de parceiros de cooperação internacional, como USAID - Fortis Consortium 2006-2011, Environmental Corridors in the Brazilian Amazon 2009-2012, Crossroads Consortium 2011-2013: Indigenous Lands in the southern state of Amazonas 2016-2023, Promotion of the Well-being of Indigenous Peoples in Roraima 2016-2023, Sustainable Value Chains 2020-2023 e Integrated Territorial Management 2024-2028; Fundação Moore - Protocolos de Consulta 2019-2023, BR319 2019-2023 e Salvaguardas e Defesa de Direitos 2022-2025; GIZ - Gestão Sustentável em Terras Indígenas 2018-2022 e Bioeconomia 2021-2023; RainForest Trust - Titulação de Terras 2022-2027 e UCs de Tefé 2023-2028; GEF-FUNBIO - Chapada Baru 2023-2027; GEF-PNUD - Fitoterápicos 2022-2024; Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF) - Biodiversidade no Cerrado 2016-2023; MISEREOR - Defesa de Direitos 2020-2025; e também com a Climate and Land Use Alliance (CLUA) – Observatório da cadeia de valor da castanha-do-brasil – 2021-2024; com o US Forest Service – Cadeias de valor da sociobiodiversidade - 2017-2020; com a PORTICUS (Brenninkmeijer Family Philanthropic Foundation) - Pesca artesanal, 2020-2022 e Liderar 2013-2015; e com o ACNUR - Promoção da autogestão comunitária para povos indígenas 2024-2025; parcerias com órgãos do governo brasileiro como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Fundo Amazônia - Gestão Territorial 2017-2022; e com outras organizações da sociedade civil como o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) – Projeto Legado Integrado da Amazônia (LIRA) 2020-2024. Essas parcerias têm gerado resultados significativos de longo prazo, como o fortalecimento de organizações de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, por meio de cadeias de valor da sociobiodiversidade – Castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*), Castanha-de-baru (*Dipteryx alata*), Açaí (*Euterpe oleracea*), Pirarucu (*Arapaima gigas*), e Planos Comunitários de Manejo Florestal Sustentável e programas de pecuária sustentável. Além disso, o IEB tem sido fundamental no apoio ao desenvolvimento e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs). O IEB, desde 2021, também é membro da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas da UNFCCC, contribuindo para facilitar a interação de Povos Indígenas e Comunidades Locais nas COPs e para estabelecer diálogo com representantes governamentais.

77. MPI: O Ministério dos Povos Indígenas (MPI) é um apoiador fundamental e cofinanciador do Projeto. O MPI é um membro permanente do PSC. O MPI será representado pela Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por meio de sua Coordenação Geral de Gestão Ambiental. Além da aprovação da estratégia proposta e implementação do Projeto, o MPI participará de perto e contribuirá para as decisões sobre as Atividades a serem implementadas.

78. MMA: O Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA) é um apoiador fundamental e cofinanciador do Projeto. O MMA é um membro permanente do PSC. O MMA será representado pela Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (SNPCT), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Além da aprovação da estratégia proposta e da implementação do Projeto, o MMA participará de perto e contribuirá para as decisões sobre as Atividades a serem implementadas.

79. PNUMA: Como Agência Implementadora do GEF, o PNUMA será responsável por fornecer a supervisão do Projeto para garantir a adesão às políticas e critérios do GEF e do UNEP e que o Projeto atenda seus objetivos e alcance os resultados esperados de forma eficiente e eficaz. O PNUMA será responsável pela supervisão, acompanhamento e avaliação do projeto, incluindo a supervisão de avaliações intermediárias e finais, bem como a revisão e aprovação de relatórios regulares (ou seja, Progresso e Despesas). Ele também fornecerá orientação sobre a obtenção dos Benefícios Ambientais Globais (GEB), análise e suporte técnico

em áreas relevantes e outras ações de ligação e coordenação necessárias para a correta implementação do Projeto.

80. Parceiros coexecutores: As organizações que são instrumentais para a coexecução de algumas das Atividades do Projeto serão contempladas com acordos de subvenções estabelecidos com o IEB por meio de Memorandos de Entendimento (MOUs) e mecanismos para a transferência de recursos. Os parceiros coexecutores já identificados são: (i) a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), responsável pela maior parte do Componente 3; e (ii) o Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), potencialmente responsável por tarefas selecionadas no Componente 1. Mas também, e ainda a serem identificados, haverá parceiros coexecutores entre organizações locais e regionais de povos e comunidades. Uma descrição mais detalhada das organizações de PIPCTAFs segue.

81. Organizações e colegiados de PIPCTAFs: A participação de PIPCTAFs na governança do Projeto deverá ocorrer em multinível. Duas instâncias nacionais de participação de PIPCTAFs, nas quais também participam membros do governo e de organizações da sociedade civil, serão mantidas como instâncias de consulta durante a implementação do Projeto e terão participação no Comitê Gestor do Projeto (CGP). Em relação aos Povos Indígenas, o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (CG-PNGATI) foi o órgão consultado durante a Fase de Preparação do Projeto (PPG) ⁶⁶e continuará como espaço de diálogo e monitoramento das intervenções do Projeto. Em relação às Comunidades Locais (Tradicionais), o diálogo continuará com o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), também iniciado durante o PPG ⁶⁷. Outro colegiado importante relacionado aos PIPCTAFs, também consultado durante o PPG, e onde as atividades propostas pelo Projeto também serão debatidas é a Câmara Setorial dos Guardiões da Biodiversidade, pertencente ao Conselho Nacional do Patrimônio Genético (CGen). Durante o PPG, também foi sugerido pelos consultores dos PIPCTAFs contratados ⁶⁸ iniciar um diálogo com o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI). Do ponto de vista regional e local, após as consultas e anuências realizadas durante o Ano 1 do Projeto (PY1), e os territórios parceiros do Projeto identificados, outras organizações dos PIPCTAFs (ver Anexo C no Apêndice 5 do PNUMA) serão consideradas na estrutura e dinâmica de governança, permitindo participação, controle social e monitoramento e avaliação participativa.

82. Comitê Diretor do Projeto (PSC): O PSC fornecerá orientação estratégica geral e supervisão para a implementação do projeto. O PSC se reunirá, pelo menos, uma vez por ano, será presidido pelo Diretor Nacional do Projeto designado pelo MCTI e incluirá como membros fixos: (i) Gerente de Tarefa do PNUMA (TM); (ii) a Agência Executiva IEB; (iii) representantes das instituições vinculadas ao MCTI - o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM); e representantes dos outros dois ministérios parceiros - Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Fundação Nacional do Índio (FUNAI); e o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). O PSC contará também com representantes do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (CG-PNGATI), do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPTC) e da Câmara Setorial dos Guardiões da Biodiversidade (vinculada ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN). Outros parceiros relevantes poderão ser convidados como participantes das Reuniões do PSC.

⁶⁶ Consulte a carta incluída no Anexo B.

⁶⁷ Consulte a carta incluída no Anexo B.

⁶⁸ Por meio de um Acordo Financeiro de Pequena Escala (SSFA) facilitador, assinado com a organização da sociedade civil Society, Population and Nature Institute (ISPN), foram contratados pesquisadores de PIPCTAFs para contribuir com o processo de aprimoramento da proposta.

83. Grupos de Trabalho Técnicos (GTs): Serão criados dois GTs. Um GT sobre Sociobiodiversidade e um GT sobre Gestão de Dados. Esses GTs serão estruturados com o apoio, respectivamente, das Organizações Parceiras Coexecutoras, RNP e ISPN. Uma vez constituídos, cada GT deve preparar um Plano de Trabalho para submissão e aprovação do MCTI-PCU, em conjunto com o IEB-EA, e apresentação ao Comitê de Direção do Projeto (PSC).

84. GT Sociobiodiversidade (GT-SB), como parte da estrutura de governança do projeto, será composto por dois (02) coordenadores técnicos (um para o bioma Amazônia e um para o bioma Cerrado). Além disso, contará com quatro (04) bolsistas (com diferentes níveis acadêmicos). Os objetivos do GT-SB incluem: (i) reunir informações sobre experiências de pesquisa intercultural e conhecimento sobre coprodução de materiais técnicos, para informar os parceiros do Projeto sobre esses temas; (ii) revisar o estado da arte das metodologias (protocolos, guias, etc.) para monitoramento da biodiversidade no contexto de PIPCTAFs; (iii) colaborar com o GT-Gestão de Dados na discussão e desenvolvimento de protocolos de coleta de dados de biodiversidade; (iv) colaborar com proposições de iniciativas de Gestão do Conhecimento para o Projeto; (v) mobilizar atores envolvidos na pesquisa em biodiversidade, no contexto de PIPCTAFs, para discutir as descobertas e aplicações do Projeto; e (vi) participar das reuniões que debatem a governança do Projeto, fornecendo atualizações sobre as realizações do GT-SB.

85. O Grupo de Trabalho Técnico em Gestão de Dados (GT-D), como parte da estrutura de governança do projeto, será composto por: um (01) coordenador técnico e quatro (04) bolsistas (com diferentes graus de formação e experiência técnica), além de representantes de pesquisadores de instituições que atuam em bancos de dados de sociobiodiversidade. Os objetivos do GT-D incluem: (i) trazer experiências de outros países na implementação dos selos relacionados aos Princípios CARE para bancos de dados de sociobiodiversidade; (ii) colaborar com a produção de conteúdo para treinamento de PIPCTAFs sem gestão de dados, Princípios CARE e FARE; (iii) compilar informações e estruturar debates sobre questões-chave relacionadas aos conjuntos de dados, como protocolos para coleta de dados, restrição e graus de acessibilidade, uso de selos, uso de licenças coletivas, termos de uso de dados, interoperabilidade com outras bases de dados e autorização de acesso por computadores, escritórios de patentes e regras de emissão de patentes, papel do SISGEN; (iv) organizar informações detalhadas sobre a interoperabilidade dos dados de sociobiodiversidade , uso de padrões, vocabulário controlado para bancos de dados de uso de espécies; (v) definir como publicar e visualizar os dados considerando os protocolos aprovados; (vi) mobilizar os atores envolvidos na pesquisa em biodiversidade no contexto de PIPCTAFs para discutir o andamento do Projeto; e (vii) participar de reuniões relacionadas à governança do Projeto, fornecendo atualizações sobre o trabalho do grupo.

86. Equipes de Pesquisa de PIPCTAFs: Para fortalecer os pesquisadores locais de PIPCTAFs que trabalham nos territórios, Equipes de Pesquisa serão organizadas para conduzir as atividades de coleta de dados de campo do Projeto. Essas Equipes de Pesquisa também devem facilitar e manter a comunicação com a Agência Executora do Projeto, com a Unidade de Coordenação do Projeto e, eventualmente, reportar ao Comitê Diretor do Projeto. Levando em consideração as diferentes formas de governança local/regional já estabelecidas, particularidades culturais e parcerias com instituições de pesquisa e outras organizações que já possam existir localmente, as Equipes de Pesquisa propostas envolverão pelo menos 5 (cinco) membros. Além dos PIPCTAFs do território, essas Equipes de Pesquisa devem ter: um ou mais representantes de um instituto/universidade de pesquisa parceiro externo; representação de uma organização regional ou Federação de povos e comunidades; e um representante de uma organização da sociedade civil parceira, com experiência de trabalho com o território. Outros atores-chave podem ser convidados a se juntar às Equipes de Pesquisa com base em suas capacidades para a coleta de dados em questão.

Coordenação de Projetos com outros Projetos/Iniciativas Não-GEF e GEF

87. Mecanismos de cooperação com iniciativas relevantes para o Projeto serão estabelecidos durante o Ano 1 do Projeto (PY1). Durante a fase de início do Projeto, serão estabelecidos ou fortalecidos os

relacionamentos necessários com Projetos/Iniciativas não-GEF. O Anexo C no Apêndice 5 do PNUMA sobre o Plano de Engajamento de Partes Interessadas apresenta as instituições que têm iniciativas que convergem com o Projeto e têm um grande potencial para se tornarem parceiras colaboradoras.

88. Em relação aos Projetos/Iniciativas do GEF, aqueles implementados nos biomas Amazônia e/ou Cerrado ou que tratam de temas relacionados ao Projeto foram listados na Tabela 1, abaixo, com uma breve descrição das interações existentes ou que se espera que sejam estabelecidas.

Tabela 1. Projetos/iniciativas relevantes apoiados pelo GEF Título do projeto	Descrição	Agência Líder	Áreas focais do GEF	Financiamento do GEF (US\$)	Componentes relevantes de PIPCTAFs	Abordagem de coordenação
Projetos apoiados pelo GEF (global/regional)						
Conservação da Biodiversidade em Terras Indígenas (Conceito GEF-8 GBFF Aprovado)	Para proteger e manter a biodiversidade das terras indígenas, o foco do projeto é inteiramente em fornecer assistência às comunidades indígenas e suas terras. Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) serão a principal ferramenta de planejamento usada para definir as atividades do projeto.	FUNBIO	BD	5.500.000	1,2,3 e 4	Convergência direta de trabalhos na temática relacionada ao desenvolvimento de PGTAs
Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (Fase 3) (Conceito GEF-8 aprovado)	Ampliar a área sob proteção legal e melhorar a gestão das Áreas Protegidas e aumentar a área sob restauração e manejo sustentável na Amazônia.	BM	estrado em Belas Artes	8.562.691	A definir	TBD (conceito em desenvolvimento)
Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (Fase 2) (GEF-7 em andamento)	Melhorar a gestão integrada da paisagem e a conservação dos ecossistemas em áreas específicas na região amazônica.	BM	estrado em Belas Artes	19.284.404	1,2,3	produtos apoiados pelo projeto; eventos selecionados; - Site do projeto
Projetos apoiados pelo GEF (Brasil)						
Projeto Territórios de Vida Selvagem da Biodiversidade (Conceito GEF-8 Aprovado)	O projeto abordará a degradação contínua do status de conservação das espécies no Brasil. O objetivo é aumentar a conservação da biodiversidade em paisagens/marinhas integradas. Com base na lista vermelha de espécies ameaçadas de extinção do Brasil recentemente atualizada, o	FUNBIO /MMA	BD	18.400.000	2	- Site do projeto; - Atividades de comunicação do projeto (materiais e

Tabela 1. Projetos/iniciativas relevantes apoiados pelo GEF Título do projeto	Descrição	Agência Líder	Áreas focais do GEF	Financiamento do GEF (US\$)	Componentes relevantes de PIPCTAFs	Abordagem de coordenação
	projeto atuará nas áreas mais críticas para a conservação das espécies. A estratégia é usar PAs existentes e novas como âncoras para a conservação aprimorada de espécies dentro de PAs, juntamente com medidas de conservação fora dessas PAs, criando uma paisagem ou marinha maior onde iniciativas de conservação ocorrem para atingir resultados de longo prazo (conceito aprovado - GEF_8).					eventos de divulgação e conscientização);
Fortalecimento dos processos participativos de gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico sustentável, conservação da biodiversidade e manutenção dos estoques de carbono no Projeto Zonas Úmidas da Amazônia (GEF-7 em andamento)	Fortalecimento dos processos participativos de gestão de recursos naturais para o desenvolvimento econômico sustentável, conservação da biodiversidade e manutenção dos estoques de carbono nas Zonas Úmidas da Amazônia. O projeto se concentra em dois ecossistemas globalmente significativos dentro do Bioma Amazônico: (1) Florestas de Várzea de Várzea; e (2) Manguezais. A área total do projeto cobrirá aproximadamente 994.358 km ² , tanto dentro quanto fora das áreas protegidas designadas. O projeto terá como alvo três ecossistemas distintos de Várzea e manguezais. Os três locais estão dentro dos territórios dos estados do Amazonas, Amapá e Pará.	FAO/MCTI	BD	3.411.644	2	produtos apoiados pelo projeto; - Site do projeto;
Uso sustentável, acessível e inovador de recursos da biodiversidade e	Aumentar os benefícios globais à biodiversidade, bem como os múltiplos cobenefícios nacionais e locais, decorrentes do uso sustentável, acessível e inovador de plantas medicinais nos ecossistemas	PNUD/MMA	BD	5.722.770	1,2,3	- Ligação à troca de informações e atividades de divulgação;

Tabela 1. Projetos/iniciativas relevantes apoiados pelo GEF Título do projeto	Descrição	Agência Líder	Áreas focais do GEF	Financiamento do GEF (US\$)	Componentes relevantes de PIPCTAFs	Abordagem de coordenação
conhecimento tradicional associado em cadeias de valor fitoterápicas promissoras no Brasil Projeto (GEF-6 em andamento)	brasileiros, por meio do fortalecimento de cadeias de valor fitoterápicas promissoras, com base no conhecimento tradicional de comunidades indígenas e locais e em conformidade com o regime de ABS aplicável.					eventos selecionados; - Site do projeto; - Divulgação de produtos apoiados pelo projeto
Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade (SiBBr) – (Projeto GEF-4 Finalizado – mas Plataforma em operação e totalmente mantida pelo Governo Brasileiro)	O presente Projeto tem um forte relacionamento com o Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade (SiBBr), uma plataforma coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e operada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). O SiBBr foi projetado sob o projeto GEF-4 liderado pelo MCTI e implementado pelo PNUMA: 'Melhorando a Capacidade Brasileira de Conservar e Usar a Biodiversidade por meio da Gestão e Uso da Informação' (2012-2019 orçamento total: USD 28,1 milhões Subvenção do GEF: USD 8,1 milhões). O SiBBr é a primeira infraestrutura nacional de dados e informações sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros. O SiBBr adota padrões e protocolos internacionais de compartilhamento de dados e é o ponto focal (nó nacional) para o Global Biodiversity Information Facility – GBIF. O projeto atual se baseará nessas funcionalidades e usará o SiBBr como um banco de dados de informações relacionadas aos territórios de PIPCTAFs, aspectos	PNUMA/MCTI	BD	8.172.128	Todos	N / D

Tabela 1. Projetos/iniciativas relevantes apoiados pelo GEF Título do projeto	Descrição	Agência Líder	Áreas focais do GEF	Financiamento do GEF (US\$)	Componentes relevantes de PIPCTAFs	Abordagem de coordenação
	<p>culturais, uso e manejo de espécies, diferentes tipologias de nomes atribuídos à biodiversidade, etc. O SiBBr captura ainda dados do Programa de Pesquisa Ecológica de Longo Prazo (PELD) e do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio). O projeto atual visa tanto se basear nessa funcionalidade do SiBBr quanto promover sinergias com esses programas de pesquisa de longo prazo e redes de parceiros associados.</p>					

A Agência GEF desempenhará um papel de execução neste projeto?

☐ Sim ☒ Não

Se sim, descreva aqui essa função e a justificativa.

N / D

Indicadores principais

Indicadores Essenciais do Projeto		Esperado no endosso do CEO
1	Áreas protegidas terrestres criadas ou sob gestão melhorada (hectare)	
2	Áreas marinhas protegidas criadas ou sob gestão melhorada (hectare)	
3	Área de terra e ecossistemas em restauração (hectare)	
4	Área de paisagens sob práticas melhoradas (hectare)	1.400.000
5	Área de habitat marinho sob práticas melhoradas (hectare)	
6	Emissões de gases de efeito estufa mitigadas (tonelada métrica de CO ₂ e)	
7	Ecossistemas aquáticos compartilhados sob gestão cooperativa nova ou melhorada (contagem)	
8	Pescarias marinhas globalmente sobreexploradas passaram a níveis mais sustentáveis (tonelada métrica)	
9	Produtos químicos de preocupação global e seus resíduos reduzidos (toneladas métricas de produtos químicos tóxicos reduzidas)	
10	Poluentes orgânicos persistentes no ar reduzidos (grama de equivalente tóxico gTEQ)	
11	Pessoas beneficiadas pelos investimentos financiados pelo GEF, desagregadas por sexo (contagem)	500 (200 homens e 300 mulheres) nos territórios-alvo e 1.000 outros PIPCTAFs de outros territórios e biomas (com pelo menos 50% de mulheres) envolvidos nas iniciativas de treinamento e troca de conhecimento.

89. Territórios de PIPCTAFs localizados nos biomas Amazônia e Cerrado são caracterizados por diferenças significativas em dimensão e no número de moradores e comunidades dentro das áreas. No entanto, alguns territórios de PIPCTAFs são administrados de forma unificada; intrinsecamente ligados a fatores como cultura, costumes, tradições e práticas (incluindo o uso da biodiversidade local). A metodologia para estimar a área de terra que o Projeto apoiaria para colocar sob manejo sustentável da biodiversidade foi baseada em uma iniciativa de monitoramento local em andamento, no Bioma Amazônia, na qual pesquisadores de PIPCTAFs que contribuíram para a coleta de dados da fase PPG, cobriram áreas de territórios que somam aproximadamente 70.000 hectares. Com base neste número e nas estimativas de que o orçamento do Projeto apoiaria atividades em até seis (6) territórios, nos dois biomas, uma área total de aproximadamente 600.000 hectares foi projetada como possível de ser diretamente beneficiada pelas intervenções propostas. Além disso, projeta-se que outros 800.000 hectares de Outras Medidas Efetivas de Conservação Baseadas

em Área (OECMs) nos Biomas Amazônia e Cerrado, onde as intervenções ocorrerão (ou seja, no nível comunitário), serão apoiados para o gerenciamento integrado da sociobiodiversidade e fortalecimento do conhecimento local. A consulta dessas áreas ocorrerá no PY1 quando os territórios forem selecionados.

90. Posteriormente, o cálculo do número de PIPCTAFs beneficiando-se diretamente das intervenções do Projeto levou em consideração não apenas aqueles PIPCTAFs participando ativamente das intervenções do projeto (ou seja, pesquisadores-bolsistas que receberão apoio para conduzir a coleta de dados de biodiversidade e aqueles à frente de iniciativas de gestão e cadeias de valor), mas também outros PIPCTAFs, de outros territórios e/ou organizações locais regionais, que terão acesso às atividades de formação, trocas de conhecimento/experiências e atividades dos Grupos de Trabalho Técnico. Esses outros beneficiários provavelmente contemplarão jovens e líderes localizados em outros biomas. Assim, o número estimado de PIPCTAFs pesquisadores-bolsistas que estarão diretamente envolvidos com a coleta de dados de biodiversidade nos territórios é de cerca de 100; enquanto as atividades de gestão e cadeias de valor envolverão um número adicional estimado de 400 PIPCTAFs. Esses números podem ser desagregados em 300 mulheres e 200 homens. Em relação aos PIPCTAFs fora dos territórios-alvo, mas beneficiados pelas atividades do Projeto, estima-se que sejam 1.000 beneficiários - com pelo menos 50% representados por mulheres.

Riscos para a implementação do projeto

91. Riscos substanciais para o Projeto estão relacionados a: (i) engajamento de stakeholders e (ii) governança. Em relação ao evento de PIPCTAFs decidirem por não compartilhar os dados e informações de biodiversidade coletados nos territórios, o desafio será informá-los como e em quais situações os dados podem ser restringidos, por exemplo para salvaguardar sistemas de conhecimento tradicional e garantir a soberania de PIPCTAFs. Como forma de enfrentar esse potencial gargalo, o Projeto se concentrará em manter diálogo permanente com instituições representativas de PIPCTAFs em nível local, regional e nacional; promover a criação de grupos de trabalho para lidar com esses temas e dar atenção especial aos processos de consulta nos territórios para a definição de protocolos de gestão de dados. Complementarmente, o Projeto deverá focar em iniciativas de treinamento para fornecer aos PIPCTAFs informações sobre temas relacionados, como lei de repartição de benefícios, tecnologias de TI disponíveis que permitam o rastreamento e o controle do uso de informações por diversos usuários, interoperabilidade etc. Essas medidas de mitigação propostas não envolvem o engajamento dos próprios PIPCTAFs e destes com outros participantes do projeto, pois cada povo/grupo étnico tem aspirações diferentes. Como outra medida de mitigação, o Projeto apoia a cooperação entre diferentes grupos de PIPCTAFs para discussão e codesenvolvimento das atividades do projeto em nível de campo e complementado com organizações parceiras como a Rede de Povos e Comunidades Tradicionais (Rede PCT) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), bem como os colegiados dos quais essas redes participam, como: Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (CG-PNGATI), Câmara Setorial dos Guardiões da Biodiversidade (vinculada ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN) e organizações parceiras nos níveis regional e local.

Categorias de Risco	Avaliação	Medidas de mitigação planejadas
Clima	M	Os territórios de PIPCTAFs participantes do Projeto incluem comunidades potencialmente vulneráveis a temperaturas elevadas, secas e outros riscos relacionados ao clima. O Projeto melhorará a resiliência e a capacidade de adaptação dos PIPCTAFs envolvidos por meio da promoção de: (i) práticas de manejo sustentável de espécies-alvo; (ii) a manutenção da integridade da paisagem e sua biodiversidade, e (iii) o fortalecimento dos sistemas de conhecimento local sobre biodiversidade e mudanças ambientais e climáticas.

Meio Ambiente e Social	M	O Projeto resultará em vários impactos ambientais e sociais positivos. Estes incluem impactos decorrentes do apoio para: (i) o manejo sustentável de espécies ameaçadas ou espécies sujeitas a forte pressão comercial; (ii) processos para fortalecer PIPCTAFs para salvaguardar seu conhecimento tradicional e seus meios de subsistência; (iii) a proteção de espécies ameaçadas de alto valor biológico; (iv) PIPCTAFs para desenvolver e adotar planos de manejo participativo para espécies ameaçadas (que incluem práticas para evitar ou reverter a erosão/deterioração do solo e/ou degradação da terra, proteção de fontes de água etc.); (v) o manejo sustentável de alimentos locais, medicamentos e espécies de plantas geradoras de renda e pescarias; e (vi) aumentar a capacidade de PIPCTAFs para obter total compreensão e controle do potencial de seus recursos genéticos e, por meio de mecanismos de CLPI, obter o reconhecimento de seus direitos. No entanto, pode haver algum risco em alguns territórios de PIPCTAFs (particularmente no bioma Amazônia) para a ocorrência de doenças transmitidas pela água ou por outros vetores. O projeto mitigará esse risco por meio do apoio ao mapeamento e registro do conhecimento da biodiversidade de PIPCTAFs, o que promoverá o uso de seus recursos para melhorar seus meios de subsistência, incluindo o combate a doenças.
Política e Governança	S	O Projeto apoiará melhorias em políticas e governança nos níveis local e nacional com: (i) um processo participativo abrangente; (ii) forte foco em treinamento; (iii) contribuições para a melhoria da legislação nacional; e (iv) desenvolvimento de ferramentas e tecnologias de Gestão do Conhecimento, para que os PIPCTAFs possam tomar decisões mais informadas.
Macroeconômico	eu	As flutuações cambiais, o aumento da inflação e as taxas de conversão do dólar no Brasil podem afetar os custos gerais do Projeto ao longo de seu Ciclo de Vida. Ajustes, se necessário, seriam solicitados após revisões orçamentárias ou uma avaliação no momento do MTR.
Estratégias e Políticas	eu	O Brasil é signatário de uma série de acordos e convenções internacionais relevantes que reconhecem a importância da gestão comunitária de terras e recursos na conservação da biodiversidade global e na mitigação das mudanças climáticas. O Projeto contribuirá para prioridades, políticas e programas nacionais relacionados, especificamente para facilitar que PIPCTAFs se beneficiem desses instrumentos e irá fornecer a base de evidências documentando a contribuição de PIPCTAFs para os benefícios da biodiversidade em nível nacional, bem como GEBs.
Desenho técnico do projeto ou programa	eu	Este Projeto é fortemente estruturado para fornecer serviços e ferramentas de tecnologia para registrar, usar, compartilhar e rastrear dados e informações sobre biodiversidade em apoio aos povos e comunidades. Crítico para o design e adoção bem-sucedidos dessas ferramentas será garantir que elas atendam às expectativas e necessidades dos PIPCTAFs.
Capacidade institucional de implementação e sustentabilidade	M	Há um risco de que as ferramentas de Tecnologia da Informação não estejam em conformidade com a realidade dos PIPCTAFs. No entanto, a estruturação de um processo de participação e governança multinível, a presença de uma Agência Executora com ampla experiência em trabalhar com PIPCTAFs, coordenação interinstitucional com outros ministérios, agências governamentais e organizações da sociedade civil, bem como organizações e colegiados de PIPCTAFs, minimizam o risco de falta de capacidade institucional para a implementação e sustentabilidade do Projeto. Além disso, um programa de treinamento abrangente que apoiará a criação de capacidades entre PIPCTAFs para o uso de ferramentas e metodologias para registrar e gerenciar suas pesquisas locais, com foco principal na promoção de seu bem-estar e na promoção de oportunidades de compartilhamento de benefícios. As iniciativas de treinamento serão alinhadas com os temas prioritários identificados pelos PIPCTAFs e suas atividades e práticas, para garantir a participação de mulheres, jovens, idosos e outros membros-chave da comunidade.

Fiduciário: Gestão Financeira e Aquisições	M	Desde o PIF, essa situação melhorou. A Agência Executora nomeada é muito experiente na gestão de recursos e no trabalho com PIPCTAFs, antecipando assim todas as demandas financeiras envolvidas na implementação do Projeto. Todos os processos de aquisição serão conduzidos de acordo com as regras do PNUMA e do GEF. Além disso, eventuais dificuldades tecnológicas serão superadas por uma iniciativa governamental planejada para fornecer acesso à internet via satélite em todo o Brasil, incluindo as regiões remotas dos biomas Amazônia e Cerrado.
Engajamento das partes interessadas	S	Desde o PIF, essa situação melhorou. Como medida de mitigação, para garantir a mobilização e o interesse dos PIPCTAFs em apoiar e participar do Projeto, durante a fase PPG, foi iniciado um processo de consulta muito cuidadoso com representantes legítimos dos PIPCTAFs, como a Rede de Povos e Comunidades Tradicionais (Rede PCT), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e o Comitê da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (CG-PNGATI). Esse processo de consulta avançará ainda mais durante o PY1, quando consultas diretas nos potenciais territórios participantes ocorrerão seguindo as regras do CLPI. Além disso, o design do Projeto exige o apoio aos PIPCTAFs para a co-implementação das atividades do projeto em nível de campo.
Outro	N / D	N / D
Riscos financeiros para projetos NGI	N / D	N / D
Classificação geral de risco	Moderado	

C. ALINHAMENTO COM AS ESTRATÉGIAS DE PROGRAMAÇÃO DO GEF-8 E PRIORIDADES NACIONAIS/REGIONAIS

92.O Projeto está alinhado e apoia as seguintes estratégias do GEF e estruturas jurídicas internacionais, nacionais e locais relacionadas.

93.Estratégia de Área Focal (FA) de Biodiversidade (BD) do GEF 8. O objetivo da estratégia de área focal de biodiversidade do GEF-8 (2022-2026) é a biodiversidade globalmente significativa conservada, usada de forma sustentável e restaurada. Para atingir esse objetivo, os investimentos do GEF-8 estão se concentrando em três objetivos principais, dos quais o Projeto apoia diretamente os dois seguintes: (i) Melhorar a conservação, o uso sustentável e a restauração de ecossistemas naturais (BD 1) e (ii) Implementar os protocolos de Cartagena e Nagoya de forma eficaz (BD 2). Mais especificamente, sob o BD 1, o Projeto apoiará os dois primeiros de seus três elementos principais. Estes são: (i) garantir a Sustentabilidade Financeira, Gestão Eficaz e Cobertura Ecossistêmica de Sistemas de Áreas Protegidas por meio da promoção da proteção efetiva de amostras representativas ecologicamente viáveis e resistentes ao clima dos ecossistemas do país e cobertura adequada de espécies ameaçadas em uma escala suficiente para garantir sua persistência a longo prazo (BD 1-1); e (ii) o uso sustentável da biodiversidade como parte da gestão integrada da paisagem marinha/paisagem paisagística (BD 1-2).

94.O Projeto também apoiará um dos três objetivos do Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Repartição de Benefícios (ABS), a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos. Especificamente, o foco será na sistematização de informações sobre espécies usadas em territórios de PIPCTAFs, bem como em ferramentas de tecnologia da informação que permitam rastreabilidade ao acessar informações sobre conhecimento tradicional, mas também formação para agregar valor aos recursos genéticos para acesso e repartição de benefícios, conservação da biodiversidade e uso

sustentável. Em países com políticas nacionais de ABS, o GEF apoiará a formação e o treinamento de usuários domésticos de recursos genéticos para agregar valor aos recursos genéticos. A implementação bem-sucedida do ABS em nível nacional tem o potencial de fazer contribuições consideráveis para a conservação da biodiversidade e uso sustentável. O Brasil ratificou e se tornou parte do Protocolo em 4 de março e 2 de junho de 2021, respectivamente.

95. É igualmente importante observar que o Projeto também apoia as políticas do GEF para promover o empoderamento, a participação e a formação de PIPCTAFs, especialmente mulheres, jovens e idosos, bem como fortalecer os sistemas de conhecimento local e indígena, na concepção, implementação e gestão de projetos de áreas protegidas, incluindo áreas indígenas e comunitárias conservadas. O GEF também promoverá a cogestão de áreas protegidas entre o governo e os PIPCTAFs, onde tais modelos de gestão forem apropriados, e atividades que apoiem o reconhecimento e a realização dos direitos dos PIPCTAFs de controlar e administrar suas terras e territórios (ver Tabela 2a, abaixo).

96. Global Biodiversity Framework (GBF). Com relação ao *Global Biodiversity Framework* (GBF) do Marco da Biodiversidade de Kunming-Montreal, o Projeto apoia diretamente três dos quatro Objetivos do *Framework* e, coletivamente, 10 das 21 Metas de Ação para 2050 (Tabela 1b, abaixo). Além disso, o Projeto também reflete as visões do GBF de que igualdade de gênero, empoderamento das mulheres, juventude e abordagens sensíveis ao gênero e a participação plena e efetiva de PIPCTAFs são elementos necessários para a implementação bem-sucedida do Framework.

97. O alinhamento do projeto com estruturas legais nacionais e locais relevantes selecionadas é apresentado nas Tabelas 2a a 2c, abaixo.

Tabela 2a. Alinhamento de componentes/produtos e atividades do projeto com as prioridades do GEF BD FA e prioridades de estruturas internacionais relacionadas e prioridades do país

GEF 8 (2022 – 2026) Objetivos da estratégia BD FA	Componente(s) do projeto PIPCTAFs/ Produtos	Atividades do Projeto
BD-1. Melhorar a conservação, o uso sustentável e a restauração dos ecossistemas naturais.	1 (Produto 1.1.1) 2 (2.1.1 -2.1.3)	As intervenções propostas buscarão essencialmente aumentar a eficácia da gestão dos territórios bioculturais indígenas formalmente reconhecidos como áreas protegidas pela legislação brasileira, pois permitirão que PIPCTAFs colem informações sobre a biodiversidade que ocorre em seus territórios, bem como sistematizem práticas tradicionais para o uso sustentável da biodiversidade de importância global.
BD-2. Implementar efetivamente os protocolos de Cartagena e Nagoya.	3 (Produto 3.1.1 – 3.2.5)	Por meio de seu foco na sistematização de informações sobre espécies utilizadas nos territórios de PIPCTAFs, bem como em ferramentas de tecnologia da informação que permitam a rastreabilidade no acesso a informações sobre conhecimento tradicional, mas também na formação de PIPCTAFs para avaliar e monitorar efetivamente o uso tradicional de recursos genéticos.

Tabela 2b. Alinhamento dos componentes/produtos e atividades do projeto com os objetivos e metas do GBF

Projeto Relevante Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework (GBF) Metas 2050	Metas do GBF (2030)	Componentes do projeto de PIPCTAFs relevantes / Produtos
A. A integridade, conectividade e resiliência de todos os ecossistemas são mantidas, aprimoradas ou restauradas, aumentando substancialmente a área de ecossistemas naturais até 2050; a extinção induzida pelo homem de espécies ameaçadas conhecidas é interrompida e, até 2050, a taxa de extinção e o risco de todas as espécies são reduzidos em dez vezes, e a abundância de espécies selvagens nativas é aumentada em relação a níveis saudáveis e resilientes; e a diversidade genética dentro das populações de espécies selvagens e domesticadas é mantida, salvaguardando seu potencial adaptativo.	1, 4, 5	1 (Produto 1.1.1) 2 (Produto 2.1.1 – 2.2.3)
B. A biodiversidade é usada e gerenciada de forma sustentável e as contribuições da natureza para as pessoas, incluindo funções e serviços ecossistêmicos, são valorizadas, mantidas e aprimoradas, com aqueles atualmente em declínio sendo restaurados, apoiando a obtenção do desenvolvimento sustentável para o benefício das gerações presentes e futuras até 2050.	9, 10, 13	1 (Produto 1.1.1 – 1.1.3) 2 (Produto 2.1.1 – 2.2.3)
C. Os benefícios monetários e não monetários da utilização de recursos genéticos e informações de sequência digital sobre recursos genéticos, e do conhecimento tradicional associado a recursos genéticos, conforme aplicável, sejam compartilhados de forma justa e equitativa, incluindo, conforme apropriado, com povos indígenas e comunidades locais, e substancialmente aumentados até 2050, garantindo ao mesmo tempo que o conhecimento tradicional associado a recursos genéticos seja adequadamente protegido, contribuindo assim para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, de acordo com instrumentos de acesso e repartição de benefícios acordados internacionalmente.	20, 21, 22 23	Em todo o projeto

Tabela 2c. Alinhamento de componentes/produtos do projeto com estruturas locais e nacionais relevantes

Legislação	Componente/Produto de PIPCTAFs	Comentário
Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC.	Em todo o projeto	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação.

Política Nacional de Biodiversidade e Estratégia e Plano de Ação Nacional de Biodiversidade.	2 (Produtos 2.1.1 – 2.2.3)	Tanto a Política quanto o Plano de Ação colocam forte ênfase na conservação do patrimônio genético do Brasil e na proteção do conhecimento tradicional associado, na conservação de espécies ameaçadas e ecossistemas-chave, e na necessidade de preencher lacunas de informação sobre a biodiversidade do Brasil para melhorar a gestão, entre outras questões estratégicas.
Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PN- GATI - Decreto n.º 7.747 de junho de 2012).	2 (Produtos 2.1.1 – 2.2.3)	Este Projeto promoverá os objetivos da política do PN-GATI em geografias alvo em territórios indígenas. Da mesma forma, servirá para conectar o PN -GATI com outros planos e programas nacionais, a saber, o PPBio, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o Programa Monitora (ICMBio) e a Estratégia Nacional de Bioeconomia. Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental para Terras Indígenas são ferramentas importantes para a implementação do PN-GATI.
Lei Federal 13.123 (2015), Lei 13.123/2015 de Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado.	Em todo o projeto	O Projeto fornecerá dados e informações que poderão dar suporte a iniciativas relacionadas ao acesso ao patrimônio genético, à proteção e ao conhecimento tradicional associado e à repartição de benefícios para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.
Estratégia Nacional de Bioeconomia	2 (Produtos 2.1.1 – 2.2.3)	A estratégia visa coordenar e implementar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da bioeconomia, em articulação com a sociedade civil e o setor privado, e tem relação direta com os territórios dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
Programa Monitora - ICMBio	2 (Produtos 2.1.1 – 2.2.3)	Programa institucional de longo prazo, voltado ao monitoramento do estado da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos associados, como subsídio à avaliação da efetividade da conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), da adaptação às mudanças climáticas e do uso e manejo da biodiversidade em unidades de conservação (UCs) administradas pelo ICMBio, bem como de estratégias de conservação de espécies ameaçadas de extinção e de controle de espécies exóticas invasoras, em todo o território nacional.
Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio	2 (Produtos 2.1.1 – 2.2.3)	O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) é um programa inovador desenvolvido para integrar todos os atores da pesquisa em biodiversidade. Em operação desde 2004, ele instalou centros de pesquisa ecológica de longo prazo em todo o Brasil e sua lógica foi aplicada em alguns outros países do hemisfério sul. O programa apoia todos os aspectos da pesquisa necessários para entender a biodiversidade e os processos que a afetam e foi implementado em 161 locais de amostragem.
Política Nacional de Dados Abertos	Em todo o projeto	O Projeto apoiará um diálogo e processo próximo e colaborativo com PIPCTAFs para garantir que o direito à confidencialidade seja totalmente assegurado enquanto, quando acordado, as contribuições dos PIPCTAFs para a biodiversidade e o conhecimento tradicional serão publicamente reconhecidas com seu direito à confidencialidade.
Portaria nº 6.223/2018 que institui o Sistema Brasileiro de Informação sobre Biodiversidade (SiBBR) como uma infraestrutura de dados sobre biodiversidade;	Em todo o projeto	O desenho do projeto prevê uma forte interação com o é baseado na plataforma SiBBR
Planos de Gestão Territorial e Ambiental para Territórios de Povos Indígenas	1 (Produtos 2.2.1 – 2.2.3)	Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas são os principais instrumentos de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), contribuindo para garantir melhor qualidade de vida e condições plenas aos povos indígenas para garantir sua reprodução física e cultural.
Planos de Vida, Planos de Gestão, Planos de Gestão, Protocolos de Consulta Local, Protocolos Bioculturais	Em todo o projeto	Cada território tem sua própria estratégia para a elaboração participativa de instrumentos políticos e de governança ambiental, territorial e produtiva. Os planos locais são ferramentas importantes para orientar o diálogo comunidade/território com atores externos e devem ser observados em todas as etapas do projeto e seus componentes.

Planos de prevenção e controle do desmatamento e incêndios nos biomas Amazônia e Cerrado (PPCDAM e PPCerrado)	1 e 2	Os Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas nos biomas brasileiros são de responsabilidade da Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento. Criada pelo Decreto nº 11.367, de 1º de janeiro de 2023. O grupo atua para estabelecer ações relacionadas aos eixos estruturantes dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas: atividades produtivas sustentáveis; monitoramento e controle ambiental; ordenamento fundiário e territorial; e instrumentos normativos e econômicos.
---	-------	---

D. REQUISITOS DE POLÍTICA

Igualdade de gênero e empoderamento feminino*:

Confirmamos que as dimensões de gênero relevantes para o projeto foram abordadas durante a Preparação do Projeto, conforme a Política do GEF, e estão claramente articuladas na Descrição do Projeto (Seção B).

☒ Sim ☐ Não (Se – e somente se – NÃO for selecionado, um campo pop-up deverá abrir para que a Agência forneça uma explicação)

1) O projeto espera incluir alguma medida sensível ao gênero para abordar as lacunas de gênero ou promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres?

☒ Sim ☐ Não

Se o projeto espera incluir quaisquer medidas sensíveis ao gênero para abordar as lacunas de gênero ou promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, indique em quais áreas de resultados o projeto deverá contribuir para a igualdade de gênero:

X eliminar as disparidades de gênero no acesso e controle sobre os recursos naturais;

X melhorar a participação e a tomada de decisões das mulheres; e/ou

X gerando benefícios ou serviços socioeconômicos para as mulheres.

2) O quadro de resultados ou o quadro lógico do projeto inclui indicadores sensíveis ao gênero?

☒ Sim ☐ Não

Para mais detalhes sobre a Análise de Gênero e o Plano de Ação de Gênero do projeto, consulte os Anexos 1 e 2, respectivamente no Apêndice 5 do PNUMA e seu reflexo na Estrutura de Resultados do projeto no Apêndice 3 do PNUMA.

Engajamento das partes interessadas*

Confirmamos que as principais partes interessadas foram consultadas durante a Preparação do Projeto, conforme exigido pela política do GEF, suas funções relevantes para os resultados do projeto foram claramente articuladas na Descrição do Projeto (Seção B) e que um Plano de Engajamento das Partes Interessadas foi desenvolvido antes do endosso do CEO (consulte o Anexo 3 no Apêndice 5 do PNUMA).

☒ Sim ☐ Não

Selecione qual papel a sociedade civil desempenhará no projeto:

Consultado apenas; ☐ Sim ☒ Não

Obs.: A sociedade civil tem um papel e participação intrínseca no Projeto; portanto, sua participação envolve consulta, mas não só, uma vez que também tem envolvimento direto com todas as atividades.

Membro do Órgão Consultivo; contratante; ☒ Sim ☐ Não

Cofinanciador; ☒ Sim ☐ Não

Membro do comitê de direção do projeto ou órgão decisório equivalente; ☒ Sim ☐ Não

Executor ou coexecutor; ☒ Sim ☐ Não

Outro (Por favor explique) ☒ Sim ☐ Não

98. A estratégia de se envolver com as partes interessadas do Projeto e conduzir fóruns participativos foi impulsionada por uma combinação de considerações estratégicas e limitações práticas. Embora essa abordagem tenha suas compensações, incluindo potencialmente não ser capaz de capturar todas as preocupações específicas locais, ela permitiu que a preparação do Projeto avançasse efetivamente dentro de suas restrições operacionais, garantindo que uma gama diversificada de partes interessadas contribuísse e influenciasse o desenvolvimento do Projeto. O envolvimento com o governo, a sociedade civil, instituições de pesquisa e, especialmente, com organizações de PIPCTAFs em relação aos temas e estratégias do Projeto foi essencial para alinhá-lo com as políticas existentes, acessar expertise e garantir o apoio das principais partes interessadas. Limitações práticas, como a ampla distribuição geográfica dos biomas Amazônia e Cerrado, desafios de acessibilidade (incluindo a obtenção de permissões oficiais para entrada em territórios indígenas), levaram à priorização de consultas a organizações que são representantes legítimas de PIPCTAFs, como a Rede de Povos e Comunidades Tradicionais (REDE PCT), Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Coordenação Nacional de Articulação Quilombola (CONAQ), além de ONGs-chave que têm um relacionamento antigo e respeitado com PIPCTAFs, como o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Socioambiental (ISA) e instituições de pesquisa renomadas procuradas por PIPCTAFs para apoio em suas demandas de sistematização de informações e dados, como a Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Além disso, várias outras partes interessadas que têm relevância para os PIPCTAFs e aquelas dispostas a trabalhar para apoiá-las, foram envolvidas no processo de consulta para a construção da proposta do Projeto. Desde o início da fase de Conceito do Projeto que levou ao PIF, houve consultas do MCTI com os representantes oficiais dos PIPCTAFs, como o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA). No Anexo C do Apêndice 5 do PNUMA (Plano de Engajamento das Partes Interessadas), é apresentada a lista de todas as partes interessadas que contribuíram diretamente para a fase PPG e outras que participarão durante a duração do Projeto.

Setor privado

99. O envolvimento do setor privado com o Projeto é visto como potencialmente ocorrendo com atividades de cadeias da sociobiodiversidade. O tema da bioeconomia, abrangendo a produção, extração e comercialização de produtos e serviços de base biológica, oferece potencial econômico significativo, mas demanda capacidades de mercado que os PIPCTAFs podem ter que melhorar. O Conhecimento Ecológico Tradicional (CET), mantido por PIPCTAFs, é um recurso vital para o desenvolvimento de modelos bioeconômicos sustentáveis. A integração efetiva de sistemas de CET com ciência e tecnologia convencionais pode levar a práticas inovadoras e sustentáveis que contribuem para a conservação da biodiversidade regional e global e criam mercados para produtos de PIPCTAFs. Essa integração é evidente em inúmeras atividades comerciais que incorporam sistemas de conhecimento de PIPCTAFs em cadeias de valor lideradas pelo setor privado. Colaborações baseadas em práticas éticas de fornecimento que respeitam e incorporam o CET em pesquisa e desenvolvimento ajudam a preservar a biodiversidade, respeitando os direitos e meios de subsistência de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.

100. Para fortalecer essa estrutura, a recém-lançada Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto 12.044/2024)⁶⁹ garante que todas as atividades relacionadas sigam a legislação nacional sobre acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado. Um banco de dados TEK gerenciado por PI e CL dá suporte a esse plano ao facilitar o acesso justo e transparente ao conhecimento tradicional, alinhando-se a acordos internacionais como o Protocolo de Nagoya sobre repartição equitativa de

⁶⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12044.htm

benefícios. Como participantes ativos e tomadores de decisão importantes na bioeconomia, PIPCTAFs podem usar este Projeto para garantir o controle sobre seus recursos naturais, capacitando-os a negociar termos e gerenciar a utilização de óleos, plantas e polímeros naturais — entre outros — presentes em seus territórios. Esse empoderamento não apenas melhora sua posição econômica, mas também estimula o desenvolvimento de produtos e serviços sustentáveis e inovadores, potencialmente expandindo mercados e gerando novos fluxos de receita para PIPCTAFs e seus parceiros corporativos. Uma descrição detalhada do envolvimento com o setor privado pode ser encontrada no Anexo 7 do Apêndice Suplementar 13 do PNUMA.

101. Esta abordagem contribui para garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo das posturas estabelecidas pelo Projeto, como a melhoria das políticas públicas, o fortalecimento das organizações locais, regionais e nacionais dos PIPCTAFs, abrindo caminho para cadeias de valor de geração de renda sustentáveis. Este movimento está alinhado com as metas globais de sustentabilidade e promove um sistema econômico mais inclusivo e equitativo.

Haverá envolvimento do setor privado no projeto?

☒ Sim ☐ Não

E se sim, seu papel foi descrito e justificado na seção B “descrição do projeto”?

☒ Sim ☐ Não

102. O engajamento do Setor Privado, conforme descrito na seção acima, é percebido como uma parceria potencial que PIPCTAFs podem buscar. No entanto, essa decisão dependerá de um processo de consulta e será determinado se há relevância ou não em buscar esse local.

Salvaguardas ambientais e sociais

103. Confirmamos que fornecemos informações sobre riscos ambientais e sociais associados ao Projeto proposto, incluindo triagens/avaliações de risco e, se aplicável, planos de gestão ou outras medidas para abordar riscos e impactos identificados. A Triagem e Classificação de Salvaguardas Ambientais e Sociais do PNUMA concluída no estágio PIF foi atualizada e foi anexada abaixo no Anexo F. O Formulário de Identificação de Riscos de Salvaguardas do PNUMA (SRIF) também foi concluído e anexado abaixo.

☒ Sim ☐ Não ((Se –e somente se– NÃO for selecionado, um campo pop-up deverá abrir para que a Agência forneça uma explicação)

E. OUTROS REQUISITOS

Gestão do conhecimento*

104. A abordagem do projeto para Gestão do Conhecimento e Aprendizagem, aumentando as capacidades para fortalecer a conservação da biodiversidade é uma ambição que permeia todo o Projeto, desde os esforços para construir consenso com PIPCTAFs sobre estratégias de pesquisa, protocolos relacionados à aquisição de dados (Componente 1), até a coleta de dados (Componente 2) gerando e coproduzindo conhecimento e tornando dados e informações abertamente disponíveis (Componente 3). Um dos principais resultados esperados é preencher lacunas de informação sobre biodiversidade em nível local e nacional, uma vez que há uma demanda urgente para avaliar as condições ambientais dos territórios dos PIPCTAFs. Um segundo resultado esperado é o fortalecimento dos sistemas de conhecimento indígenas e locais, por meio do engajamento de jovens e mulheres, combinado com a estratégia de oferecer bolsas locais para promover pesquisas para que representantes de PIPCTAFs possam participar, conduzir e executar estudos de sociobiodiversidade nos territórios. O Projeto espera desenvolver os princípios CARE e FAIR para capacitar PIPCTAFs, com foco

especial em mulheres, jovens e idosos, para compartilhar seus conhecimentos tradicionais em termos definidos por eles, aumentando assim as perspectivas de obterem benefícios em negociações e iniciativas relacionadas ao acesso e repartição de benefícios e à promoção da bioeconomia.

105. Confirmamos que uma abordagem para Gestão do Conhecimento e Aprendizagem foi claramente descrita durante a Preparação do Projeto na Descrição do Projeto e que essas atividades foram orçadas e um cronograma previsto para entrega de resultados relevantes foi fornecido.

☒ Sim

Benefícios socioeconômicos

106. No nível local, os benefícios socioeconômicos serão acumulados para PIPCTAFs, com foco especial em mulheres, jovens e idosos, principalmente por meio do empoderamento deles para fortalecer reivindicações pela proteção de seus territórios e a promoção do conhecimento tradicional de desenvolvimento sustentável e gestão da biodiversidade local. No nível global, os benefícios serão derivados da promoção de aumentos no conhecimento científico sobre a origem de espécies de interesse e os diferentes centros de domesticação de plantas. Estabelecer propriedade clara de recursos biológicos e conhecimento tradicional associado ajudará a prevenir seu uso não autorizado, garantindo reconhecimento e compensação justa para comunidades indígenas ou locais quando seus ativos forem explorados.

107. Da mesma forma, organizar o conhecimento tradicional sobre o uso de recursos naturais, desde caça, coleta de alimentos e nutrição até práticas medicinais e atividades culturais, é crucial para sua proteção e reconhecimento. Isso também permitirá a integração de medidas de conservação e sustentabilidade das perspectivas de PIPCTAFs. Incentivar discussões significativas entre povos e comunidades, com foco especial em mulheres, jovens e idosos, sobre como salvaguardar o conhecimento e as práticas relativas à gestão da biodiversidade pode contribuir tanto para os objetivos de desenvolvimento quanto para os esforços globais de conservação.

108. A aplicação dos princípios CARE e FAIR garantirá a distribuição equitativa desses benefícios entre os beneficiários de PIPCTAFs, com foco especial em mulheres, jovens e idosos.

109. Confirmamos que o design do Projeto considerou os benefícios socioeconômicos a serem entregues pelo projeto e estes foram claramente descritos na Descrição do Projeto e serão monitorados e relatados durante a implementação do projeto (na MTR e na TE).

☒ Sim

ANEXO A: TABELAS DE FINANCIAMENTO

Tabela de financiamento do GEF

Recursos do Fundo Fiduciário Solicitados por Agência (s), País (es), Área Focal e Programação de Fundos

Agência GEF	Fun do Fiduciário	País/ Regional / Global	Área Focal	Programação de Fundos	Subvenção do Projeto GEF (a)	(em \$)		
						Projeto GEF sem subsídios (apenas para NGI) (b)	Taxa de agência (c)	Total Financiamento do GEF (a+b+c)
PNU MA	GE FTF (Frente de Desenvolvimento Econômico)	Brasil	BD	Alocação BD STAR: BD-1	5.573.425	N / D	529.475	6.102.900
PNU MA	GE FTF (Frente de Desenvolvimento Econômico)	Brasil	BD	Alocação BD STAR: BD-2	619.270	N / D	58.830	678.100
Recursos totais do GEF					6.192.695	N / D	588.305	6.781.000

Subsídio para Preparação de Projetos (PPG)

Foi solicitada uma bolsa de preparação de projeto? ☒ Sim ☐ Não

Se sim: preencha a tabela PPG (incl. taxa PPG)

Agência GEF	Fundo Fiduciário	País/ Regional/ Global	Área Focal	Programação de Fundos	(em dólares americanos)		
					PPG	Agência Taxa	Financiamento total do PPG
PNUMA	GEFTF (Frente de Desenvolvimento Econômico)	Brasil	BD	Alocação BD STAR	200.000	19.000	219.000

Valor total do PPG					200.000	19.00 0	219.000
Agência GEF	Fundo Fiduciário	País/ Regional/ Global	Área Focal	Programação de Fundos	(em dólares americanos)		
					PPG	Agência Taxa	Financiament o total do PPG
PNUMA	GEFTF (Frente de Desenv olvime nto Econô mico)	Brasil	BD	Alocação BD STAR	200.000	19.00 0	219.000
Valor total do PPG					200.000	19.00 0	219.000

Fontes de fundos para alocação do Country STAR

Agência GFEF	Fundo Fiduciário	País/ Regional/Global	Área Focal	Fonte de Fundos	Total
PNUMA	GEFTF (FRENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO)	Brasil	BD	Alocação BD STAR	6.781.000
Recursos totais do GEF					6.781.000

Elementos da área focal

Instruções de programação	Fundo Fiduciário	(em dólares americanos)	
		Financiamento de Projetos do GEF	Cofinanciamento
BD 1-1 Sustentabilidade financeira, gestão eficaz e cobertura ecossistêmica de sistemas de áreas protegidas	GEFTF (Frente de Desenvolvi	\$ 4.025.251,00	\$ 48.553.612,25

	mento Econômico)		
BD-1-2 Uso sustentável da biodiversidade	GEFTF (Frente de Desenvolvi mento Econômico)	\$ 1.548.174,00	\$ 18.674.466,25
BD-2-2 Implementação do Protocolo de Nagoya	GEFTF (Frente de Desenvolvi mento Econômico)	\$ 619.270,00	\$ 7.469.786,50
Custo total do projeto		\$ 6.192.695,00	\$ 74.697.865,00

Cofinanciamento confirmado para o projeto, por nome e tipo

Fontes de cofinanciamento	Nome do cofinanciador	Tipo de cofinanciamento	Investimento Mobilizado	Quantidade (\$)	Carregar cartas de cofinanciamento
Governo do país destinatário	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	In Kind	Despesas recorrentes	\$ 2.000.000,00	Veja arquivo separado
Governo do país destinatário	Ministério dos Povos Indígenas (MPI)	Em espécie	Despesas recorrentes	\$ 1.200.000,00	Veja arquivo separado
País Destinatário Governo	Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA)	Em espécie	Despesas recorrentes	\$ 31.437.500,00	Veja arquivo separado
País Destinatário Governo	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	In kind	Despesas recorrentes	\$ 31.000.000,00	Veja arquivo separado
Entidade Privada Sem Fins Lucrativos	Rede Nacional de Educação e Pesquisa (RNP)	Em espécie	Despesas recorrentes	\$ 5.000.000,00	Veja arquivo separado
Organização não governamental (EA)	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Em espécie	Despesas recorrentes	\$ 4.060.365,00	Veja arquivo separado
Cofinanciamento total				\$ 74.697.865,00	

ANEXO B: ENDOSSOS

Nome do Coordenador da Agência GEF	Informações de contato do coordenador da agência GEF
------------------------------------	--

Ersin Esen	ersin.esen@un.org
Nome da Agência Coordenador do Projeto	Informações de contato do coordenador do projeto da agência
Anna Fanzeres/Robert Erath	anna.fanzeres@un.org/robert.erath@un.org

Os NGIs não exigem uma Carta de Endosso se os beneficiários forem: i) exclusivamente atores do setor privado, ou ii) entidades do setor público em mais de um país. No entanto, para projetos NGI, confirme se a agência informou o OFP do projeto a ser submetido para aprovação do Conselho ☐ SIM

Compilação de cartas de endosso

Por favor, anexe a(s) carta(s) de endosso do Ponto Focal Operacional

- Endosso OFP - Veja arquivo separado
- Carta consulta CNPTC - Ver arquivo separado
- Carta consulta PNGATI - Ver arquivo separado

ANEXO C: QUADRO DE RESULTADOS DO PROJETO*

Os resultados do projeto e as estruturas de M&A também podem ser encontrados na Compilação de Apêndices do PNUMA, Apêndice 3.

➤ Veja arquivo separado

ANEXO D: SITUAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO SUBSÍDIO PARA PREPARAÇÃO DE PROJETOS (PPG)

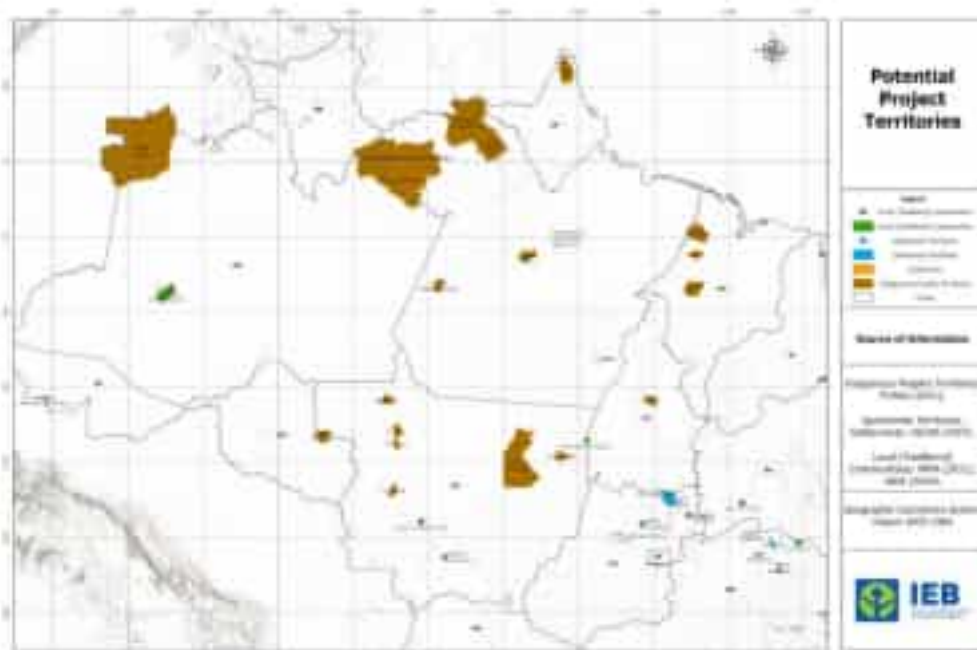
Forneça o valor detalhado do financiamento das atividades do PPG na tabela abaixo:

Atividades de preparação do projeto implementadas	Valor GETF/LDCF/SCCF (\$)		
	Valor orçamentado	Valor gasto até o momento	Valor comprometido
Avaliação especializada em planejamento do uso da terra, commodities, restauração, gênero/povos indígenas e comunicação/KM	130.550	130.550	0
Reuniões e viagens do processo de consulta	35.000	35.000	0
Oficinas	24.450	0	24.450
Comunicação, divulgação, tradução, dados, diversos	10.000	10.000	0
Total	200.000	175.550	24.450

ANEXO E: MAPA DO PROJETO E COORDENADAS*

A seleção final dos territórios de PIPCTAFs nos Biomas Amazônia e Cerrado ocorrerá durante o PY1. Uma descrição dos mecanismos e metodologia para a seleção de territórios está descrita no Anexo 5 do Apêndice Suplementar 13 do PNUMA.

Não obstante, os consultores de PIPCTAFs contratados por meio de um Acordo de Habilitação com o ISPN forneceram uma lista inicial de 44 territórios potenciais a serem considerados para a seleção conjunta e participativa (incluindo metodologia FPIC) de territórios que serão contemplados no Projeto para uma intervenção direta. Assim, esses territórios potenciais são apresentados no mapa abaixo em sua inserção nos dois biomas focados – Amazônia e Cerrado.



➤ Para coordenadas, veja arquivo separado

ANEXO F: DOCUMENTOS DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS, INCLUINDO CLASSIFICAÇÃO

- Para SRIF, veja o arquivo separado

ANEXO G: TABELA ORÇAMENTAL

- Orçamento do GEF – veja arquivo separado
- Co-financiamento - veja arquivo separado

ANEXO H: ANEXOS RELEVANTES DO NGI (N/A)

Outros documentos a serem enviados ao portal do projeto GEF:

- Plano de Ação de Gênero: Ver Anexo 5a do Apêndice 5 do PNUMA.
- Análise de gênero realizada durante a preparação do projeto: Ver Anexo 5b do Apêndice 5 do PNUMA.
- Plano de Engajamento das Partes Interessadas (incluindo ou separadamente, inclua uma lista de pessoas consultadas durante a preparação do projeto, incluindo datas e locais das consultas): Consulte o Anexo 5c do Apêndice 5 do PNUMA.
- Termos de Referência para a equipe-chave do projeto financiado por subsídios e/ou cofinanciamentos do GEF: Ver Anexo 5e do Apêndice 5 do PNUMA.
- Foi desenvolvido um Quadro de Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC). Veja o Anexo 5f do Apêndice 5 do PNUMA.